



JÉSSICA CRISTINE DA SILVA RODRIGUES

**O ACESSO A POLÍTICAS SOCIAIS E O
DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES
APÓS SEREM ATINGIDAS POR UM
EMPREENHIMENTO HIDRELÉTRICO: O
CASO DA UHE FUNIL**

LAVRAS-MG

2017

JÉSSICA CRISTINE DA SILVA RODRIGUES

**O ACESSO A POLÍTICAS SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO DE
COMUNIDADES APÓS SEREM ATINGIDAS POR UM
EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO: O CASO DA USINA
HIDRELÉTRICA DO FUNIL**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Orientadora

Prof.^a Dra. Patrícia Aparecida Ferreira

LAVRAS-MG

2017

JÉSSICA CRISTINE DA SILVA RODRIGUES

**O ACESSO A POLÍTICAS SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO DE
COMUNIDADES APÓS SEREM ATINGIDAS POR UM
EMPREENHIMENTO HIDRELÉTRICO: O CASO DA USINA
HIDRELÉTRICA DO FUNIL**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

APROVADA em 23 de janeiro de 2017.

Dra. Patrícia Aparecida Ferreira

Dra. Júlia Moretto Amâncio UFLA

Orientadora

Prof.^a Dra. Patrícia Aparecida Ferreira

LAVRAS-MG

2017

AGRADECIMENTOS

Muitos foram os desafios para chegar até aqui, momentos de dificuldades, desânimo e desespero, mas saber que nunca estivesse sozinha nessa caminhada me deu forças para seguir em frente.

Primeiramente, agradeço a Deus por abençoar o meu caminho, me dando força e coragem durante toda essa caminhada.

Ao meu pai, Gonçalo, meu anjo, que tanto lutou para que eu chegasse até aqui, a ele gratidão e amor eterno.

A minha mãe, Josemary, que não mediu esforços para que eu conseguisse alcançar esse objetivo e fez do meu sonho o seu.

Ao meu irmão, Luiz Fernando, pela amizade, cumplicidade e por estar sempre ao meu lado.

A minha amada família e aos meus queridos amigos por toda a torcida, apoio e amor.

Todo o meu respeito e gratidão à minha orientadora, Patrícia. Agradeço pela sua atenção, carinho e paciência diante da minha grande dificuldade e por todo aprendizado.

Aos colegas de pesquisa durante a minha iniciação científica, Marina, Andreina, Jordana e Raul que contribuíram para a realização da pesquisa que deu origem a esse trabalho.

Aos professores e colegas do curso de Administração Pública pelos momentos de saber compartilhados e pela amizade.

Aos colegas da Comissão Permanente de Pessoal Docente, por todo o ensinamento e carinho durante meu estágio.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram com a realização deste trabalho, muito obrigada!!!!

RESUMO

O discurso envolvido na construção dos empreendimentos tem sido pautado no desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico e progresso, o qual não inclui, muitas vezes, em seus cálculos os impactos sociais e ambientais causados. Entretanto, para minimizar os danos causados aos atingidos é preciso promover um crescimento pelo qual vai além do aspecto econômico e englobando uma perspectiva mais ampla de desenvolvimento, chamado de desenvolvimento local e sustentável. O presente trabalho realiza um estudo de caso sobre os atingidos da Usina Hidrelétrica do Funil (UHE Funil), buscando identificar o acesso aos serviços sociais, antes e depois da construção do empreendimento hidrelétrico. Além disso, procurou verificar de que forma esse acesso contribuiu para o desenvolvimento das comunidades atingidas locais. Para atender ao objetivo proposto, foram realizadas entrevistas não estruturadas com os diversos atores envolvidos com a UHE Funil como os moradores das três comunidades atingidas; os representantes do Consórcio AHE Funil (CAHEF); o poder executivo e legislativo dos municípios que abrigam a comunidade; membros de entidades representativas, movimentos sociais e outras associações criadas para a reativação econômica. Os resultados da pesquisa demonstram que, após a construção do empreendimento hidrelétrico, foram construídas pelo CAHEF diversas obras estruturais nas três comunidades, as quais possibilitaram o acesso dos atingidos a determinadas políticas sociais. São elas: educação, saúde, moradia, transporte e trabalho; que antes não eram fornecidas ou prestadas de forma adequada pelo poder público. Para a maioria dos entrevistados, o acesso a esses direitos sociais só foi possível depois do processo de relocação. Considera-se ainda que, o acesso a tais serviços contribuiu significativamente com o desenvolvimento das comunidades locais; entretanto, não tem sido pautado totalmente no desenvolvimento sustentável, visto que não envolve ações em conjunto com o Estado e sociedade civil.

Palavras-chave: Políticas sociais. Desenvolvimento local. Atingidos por barragens.

ABSTRACT

The discourse around the construction of entrepreneurship has been based on the development as synonymous of economic growth and progress, which one, most of the time, it does not include in its calculations the social and environmental causes impacts. However, indeed to minimize the damage caused to people affected by dams is needed to promote improvement that goes beyond the economic aspect and, encompasses a broader perspective of development, so-called local and sustainable development. The present work carried out a case study about people affected by dams by UHE Funil Hydroelectric Power Plant (Funil HPP), seeking to identify access to services social, before and after the construction of the hydroelectric project. Moreover, we aim to check how this access has contributed to the development of local affected communities. The data of this work was achieved through interviews, by unstructured questionnaires and interviewed: the residents of the tree representatives of UHE Funil Consortium (CAHEF), the executive and legislative branches of the municipalities that shelter Community, members of representative entities, social movements and other associations created for economic reactivation. The results of this research after the construction of the hydroelectric entrepreneurship show that CAHEF has built several structural works, which it has enabled the access to certain social politics from people affected by dams. They are education, health, housing, transportation and work; where they were not or adequately provided by the public authorities. For the most the interviewees, the access to these social rights just was possible after the relocation process. It is also considered that access to such services has contributed significantly to the development of local communities. However, it has not been totally based on sustainable development since it does not involve jointly actions between State and civil society.

Keywords: Social politics. Local development. People affected by dams.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	Problema	9
1.2	Objetivo Geral	9
1.2.1	Objetivos Específicos	9
1.3	Justificativa	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	Políticas sociais	13
2.2	Desenvolvimento e políticas sociais	19
2.3	O Papel do Estado e do mercado na promoção de políticas sociais	24
2.4	Atingidos por barragens	33
3	METODOLOGIA	39
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	43
4.1	Usina Hidrelétrica do Funil (UHE Funil)	43
4.2	Características das comunidades atingidas, e seu acesso às políticas sociais antes da construção do empreendimento hidrelétrico	45
4.3	Mudanças ocorridas no acesso às políticas sociais após a construção	55
4.4	O acesso às políticas sociais e desenvolvimento das comunidades	67
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
	RERERÊNCIAS.	76
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	83

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas, como importantes instrumentos para compensar os danos causados pela construção de um empreendimento hidrelétrico em um dado território, são meios indispensáveis para o desenvolvimento de comunidades atingidas (PASTORINI, 2006). Esse desenvolvimento deve contemplar ações tanto do Estado como do grupo empreendedor que reconheçam as dimensões culturais, sociais, políticas e ambientais de um território atingido.

O discurso envolvido na construção dos empreendimentos tem sido pautado no desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico e progresso, não incluindo, muitas vezes, em seus cálculos, os impactos sociais e ambientais causados.

Rotta e Reis (2007) reconhecem a importância de se pensar em um conceito de desenvolvimento que vai além do aspecto econômico, sendo essencial tratar o papel das políticas sociais na dinâmica de desenvolvimento das sociedades, abandonando a falsa divisão entre gastos “produtivos” ou “econômicos” e gastos “sociais”, entendendo que estes últimos são primordiais para a própria atividade econômica e para o alcance do desenvolvimento econômico que é muito importante para qualquer sociedade.

Diante disso, espera-se que o Estado e os empreendedores adotem iniciativas que valorizem o saber local e os recursos existentes nas regiões atingidas, no sentido de promover um desenvolvimento sustentável por meio da participação social. Isso é possível por meio da adoção de ações pautadas na abordagem de desenvolvimento local e com medidas voltadas para o bem estar coletivo, através de uma interação dialógica envolvendo o poder

público, a comunidade, o mercado e o terceiro setor, de forma que atenda às necessidades da população atingida (PERONI, 2009).

A construção de um grande empreendimento, como uma usina hidrelétrica, acarreta transformações de diferentes naturezas em um dado território, que serão avaliadas pelo Estado por meio de instrumentos como os Estudos de Impactos Ambientais (EIAs) e os Relatórios de Impactos ao Meio Ambiente (RIMAS) (BRASIL, 2016). Esses instrumentos devem prever medidas para minimizar os impactos, as quais podem colaborar ou prover o acesso dos atingidos a algumas políticas sociais.

Vale destacar que está na constituição brasileira o dever do Estado enquanto promotor de serviços que garantam alguns direitos sociais aos cidadãos, como a educação e a saúde. A oferta de serviços sociais é dever do Estado, no entanto, em face do grande impacto causado às comunidades, os empreendedores hidrelétricos podem adotar medidas compensatórias que promovam ou ampliem o acesso às políticas sociais, assumindo como uma “obrigação” via estratégia de responsabilidade legal e social, com ações voltadas para os princípios da Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Cabe ressaltar que apenas o acesso a esses serviços, promovidos pelo grupo empreendedor, não pode ser visto como as únicas medidas compensatórias, pois essas ações podem justificar a ausência de práticas voltadas aos demais impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais causados nos territórios, nos meios e modos de vida dos atingidos.

Considerando as responsabilidades que atores como o Estado e um grupo empreendedor de uma usina hidrelétrica devem assumir, em relação à transformação de um dado território atingido pela construção de uma barragem, torna-se relevante identificar as principais mudanças no acesso às políticas sociais pelas comunidades atingidas pela Usina Hidrelétrica do Funil (UHE Funil), que está situada entre as cidades de Lavras e Perdões, no Sul de Minas Gerais. Buscando verificar se as mudanças causadas pelo empreendimento contribuíram com o desenvolvimento de tais comunidades.

1.1 Problema

O problema da pesquisa funda-se na seguinte questão: Como a construção da UHE Funil modificou o acesso das comunidades atingidas as políticas sociais? E de que modo essas mudanças contribuem para o desenvolvimento de tais comunidades?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar as principais mudanças no acesso às políticas sociais pelas comunidades atingidas pela UHE Funil e verificar se tais mudanças contribuíram para o desenvolvimento dessas comunidades.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar as comunidades atingidas pela UHE Funil, e seu acesso às políticas sociais antes da construção do empreendimento hidrelétrico;
- Descrever as mudanças ocorridas no acesso às políticas sociais após a construção do empreendimento UHE Funil e
- Verificar se essas mudanças contribuíram com o desenvolvimento de tais comunidades.

1.3 Justificativa

As usinas hidrelétricas são responsáveis pela maior parte da energia elétrica gerada no Brasil, representando 71% de toda a capacidade energética

instalada, sendo que o potencial técnico de aproveitamento da energia hidrelétrica do Brasil está entre os cinco maiores do mundo. No Brasil, a construção e exploração de usinas hidrelétricas se dão por meio de concessões da União que são controladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ou seja, o setor de energia hidrelétrica está nas mãos da iniciativa privada (BRASIL, 2016).

Observam-se diferentes interesses quando se constrói empreendimentos hidrelétricos. De um lado tem-se o Estado que, ao adotar a perspectiva de crescimento econômico e progresso, concede às empresas consorciadas o direito de construção e operação de hidrelétricas em benefício da geração de energia e os consórcios empreendedores, cujo objetivo está centrado no lucro e/ou no fornecimento de energia para outros empreendimentos que integram seus conglomerados empresariais. E, do outro lado, à mercê desses interesses, tem-se as comunidades atingidas por esses empreendimentos que, estão submetidas aos diversos impactos que a construção causa em suas vidas (DANIEL, 2009).

A construção de hidrelétricas é justificada em prol do progresso e definida por critérios técnicos que desconsideram as implicações sociais causadas na vida da população atingida. Nessa relação, o consórcio empreendedor, com o poder de desapropriar os atingidos sob a justificativa de utilidade pública, é, sem dúvida, o lado mais forte no processo de negociação, consequentemente a problemática dos atingidos é reduzida a uma questão meramente indenizatória (BRASIL, 2010).

Entretanto, não deve levar em conta somente aspectos econômicos em relação à construção dos empreendimentos hidrelétricos, é preciso se ater aos diversos impactos sociais e ambientais que os atingidos sofrem após a implantação e para a importância da consideração do saber local na promoção de ações que realmente promovam o desenvolvimento na vida dessas populações.

A World Commission on Dams (Comissão Mundial em Barragens, 2000) leva em conta que o objetivo de qualquer projeto de barragem deve ser

a melhoria sustentável do bem-estar humano, ou seja, um avanço significativo do desenvolvimento humano, com bases economicamente viáveis, socialmente equitativo e ambientalmente sustentável. Entretanto, nem sempre esses princípios são seguidos, e apesar das colocações a favor da construção de usinas hidrelétricas, não se pode negar a outra face dessa questão. Piacenti et al. (2003) também destacam que a construção de uma usina hidrelétrica gera vários impactos, que podem atingir regiões além daquelas em que estão situados os reservatórios.

As políticas públicas são fundamentais para compensar os prejuízos causados pela implantação de uma barragem. São essenciais para o desenvolvimento das comunidades atingidas, para a promoção de um conceito de desenvolvimento que contemple as dimensões sociais, política e ambientais e para ações que realmente impliquem nesse desenvolvimento através de ações do Estado e da empresa responsável (PASTORINI, 2006).

O novo modelo de desenvolvimento, voltado para a sociedade civil, avançando as fronteiras do Estado e do mercado, atribui maior atenção para as localidades. O desenvolvimento deve ser pautado no ser humano e na sustentabilidade, através da inclusão social equitativa, participativa e promovida de “baixo” e de “dentro” da sociedade civil (VELTMEYER, 2008).

Assumindo essa ideia, Dowbor e Pochmann (2010) destacam a importância das políticas sociais como núcleos centrais de atividades no território local. Serviços de saúde, educação, cultura, segurança – que há poucas décadas eram vistos como secundários no universo das atividades produtivas, hoje são de fundamental importância para a vida das pessoas.

Torna-se necessário destacar também sobre a responsabilidade do Estado na promoção das políticas sociais. Pierson (1991) reconhece a responsabilidade pública na garantia do bem-estar social aos indivíduos e grupos dentro da sociedade, partindo da ideia de que o bem estar não pode ser garantido pelas instituições de uma economia de mercado em seu funcionamento normal. Kerstenetzky (2011) também acredita que se

tratando da concepção de políticas sociais, deve-se reconhecer que a esfera pública é responsável pela garantia do estado bem-estar social.

Pode-se observar que diante das dificuldades enfrentadas pelo Estado para gerir as políticas públicas sociais, essa responsabilidade acaba sendo atribuída a outros atores da sociedade, como ao mercado, por exemplo, com ações justificadas pela Responsabilidade Social Empresarial (RSE), acabam ocupando em alguns casos o lugar do Estado na promoção de políticas sociais. Para Meira (2012) isso não quer dizer que o Estado precisa ser o único a provê-las, mas não pode deixar de cumprir seu papel normatizador e regulador de direitos e deveres, com a responsabilidade de garantir que todos tenham acesso a eles, sem privilegiar nenhum ator social.

Reconhecendo a importância que o acesso às políticas sociais promove no desenvolvimento de um dado território, este estudo procurou identificar, por meio de um caso específico, como os atores avaliam o acesso aos serviços sociais antes e depois da construção de um grande empreendimento hidrelétrico, bem como, as possíveis inter-relações com o desenvolvimento das comunidades atingidas.

Acredita-se que este trabalho possa contribuir não apenas com os estudos sobre as relações entre mercado e Estado na promoção de políticas sociais, mas, sobretudo, com o campo de estudos sobre atingidos por hidrelétricas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para simplificar a apresentação dos temas abordados neste trabalho e articulá-los de forma coerente, formando um corpo conceitual organizado, a revisão teórica foi dividida em quatro seções: na primeira é feita a conceituação de políticas sociais e como se deu sua evolução no Brasil; na segunda são apresentados os papéis que as políticas sociais exercem no desenvolvimento de uma sociedade; o terceiro busca demonstrar como se dá a relação entre Estado e mercado na promoção de políticas públicas, tratando das políticas neoliberais no capitalismo e o último trata da conceituação de atingidos por barragens e dos direitos que possuem.

2.1 Políticas Sociais

Para conceituar políticas sociais, Hofling (2001) descreve que estas são ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas para a relocação dos benefícios sociais com o objetivo de minimizar as desigualdades estruturais causadas pelo desenvolvimento socioeconômico. São representadas pelo conjunto de políticas que englobam a saúde, a educação, a previdência, a habitação, o saneamento, entre outras.

Alinhada com a visão de Hofling (2001), Imamoto (2002) descreve que as políticas sociais têm como propósito o atendimento redistributivo dos recursos sociais, por meio de serviços sociais e assistenciais, como uma forma de acrescentar os salários das populações carentes. Assim, são desenvolvidos também aos usuários os serviços sociais de direito como a saúde, educação, política salarial, trabalho, habitação, lazer e outros serviços como o de assistência e filantropia.

Figueiredo (1997) acredita que a política social é frequentemente caracterizada como um conjunto de ações ou programas governamentais

destinados a corrigir falhas do *laissez-faire*. Explicando essa ideia, Briggs (1961 citado por FIGUEIREDO, 1997, p. 97) define o Welfare State (estado de bem estar social), “como a situação na qual se usa deliberadamente o poder organizado (através da política e da administração) num esforço para modificar o jogo das forças de mercado pelo menos em três direções:” garantia e manutenção da renda, possibilitando aos indivíduos e às suas famílias uma renda mínima; e segurança em relação a riscos, garantindo serviços como seguro desemprego e aposentadoria por velhice ou invalidez, de forma a evitar crises individuais ou familiares, causadas por doenças, velhice ou desocupação e, assegurando serviços sociais a todos os cidadãos.

Na visão de Santos (1979) trata-se de um conjunto de ações realizadas pelo governo com o objetivo de beneficiar uma ação sem comprometer a reprodução da outra. Segundo este autor, política social global de um governo pode ser dividida em três conjuntos de políticas que ele denomina da seguinte forma – preventivas que é o conjunto de medidas que deveriam produzir o mínimo de desigualdades sociais; compensatórias-destinadas a minimizar desequilíbrios gerados no processo de acumulação, e redistributivas que são orientadas para a redistribuição de renda e de benefícios sociais.

De acordo com o Art. 6º da Constituição Federal do Brasil de 1988, “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 2016).

A partir de 1988, a Assistência passou a ser uma política pública, que compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, visando assegurar os direitos à saúde, à previdência e à assistência social (ZANIRATO, 2016).

Verifica-se, assim, que a Constituição de 1988 criou mecanismos de participação e controle social, de modo a dar ao Estado brasileiro um caráter

democrático, oferecendo possibilidades para que este Estado, uma vez permeado por espaços públicos e coletivos de gestão, fiscalização e deliberação, pudesse tornar pública a gestão do que é público. (DE MARCO, 1997).

Depois de conceituar e definir o que são políticas públicas sociais, considera-se relevante traçar um histórico a respeito da evolução dessas políticas no Brasil. Assim, de acordo com Matijascic (2015) a política social planejada e organizada começou a ter relevância no Brasil após a revolução de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas no poder, gerida pelo Estado. Somente a partir dessa data, a educação, a saúde, a assistência social, a previdência, a habitação e a regulação do trabalho passaram a compor sistematicamente a agenda do governo.

Segundo Matijascic (2015), a partir dos anos de 1930 buscou-se a consolidação de um sistema de proteção social que possibilitasse um aumento da cobertura e uma gestão mais eficiente de seus serviços. Nesse modelo, o mercado estava como responsável por executar serviços mais aprimorados, e o acesso a eles deveria significar uma melhoria. Porém, tal estratégia se tornou insustentável, visto que houve um aumento da desigualdade no Brasil, e não foi possível superar a pobreza.

Conforme expõe Santos (1981), após a década de 1930, a política do país estava atrelada a ideia de uma “cidadania regulada”, isto é, a cidadania não se encontra em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional. Os cidadãos eram todos aqueles membros da comunidade que se encontravam em ocupações reconhecidas e definidas em lei. A garantia da cidadania se limitava à regulamentação profissional e os direitos estariam associados, então, às profissões regulamentadas e não aos membros da comunidade como um todo (SANTOS, 1979).

E assim, tratando como foco as questões das políticas sociais como saúde, educação e saneamento básico, previdência social e trabalho, o governo passou a atender somente as demandas dos cidadãos que eram reconhecidos pelo Estado via categorias profissionais. Essas categorias

dispunham de Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP's), que além de garantir esses serviços, ofereciam linhas de créditos para fins habitacionais. A política previdenciária passou a assumir tratamentos diferenciados de acordo com o poder de barganha de cada categoria (SANTOS, 1979).

Por volta de 1954, os profissionais liberais como advogados e contadores passaram a ser reconhecidos e a integrar o IAP dos bancários, o que não aconteceu com os profissionais rurais, domésticos e que trabalhavam por conta própria, que foram privados desses direitos. Em 1945, o governo chegou a considerar a criação de uma instituição centralizada que atendesse os trabalhadores até então excluídos do atual sistema, mas a iniciativa foi interrompida pela deposição de Vargas do poder (MATIJASCIC, 2015).

Para Draibe (1994), a partir dos anos de 1960, as políticas sociais estavam localizadas menos nos programas sociais e mais no arrocho salarial, impedindo as organizações e participação das pessoas, sendo marcado por uma exclusão social. Tais políticas não ocupavam posição central nas estratégias de estabilização, crescimento econômico e abertura política dos governos militares. Deixando claro que foi um período marcado por um modelo concentrador e socialmente excludente de crescimento.

A autora ressalta que as políticas sociais não era a principal preocupação na agenda dos governos militares, porém, foi no regime militar que se consolidou e expandiu o sistema de proteção social. Isso se explica pois mesmo com uma retenção nesses gastos, o período entre 1964-1984 foi marcado por uma expansão maciça das políticas sociais, com grande aumento nas matrículas escolares, nas consultas médicas e nos benefícios previdenciários (DRAIBE, 1994).

Tal característica é explicada por Fagnani (2005), que destaca a forte implementação de uma estratégia que potencializou a intervenção estatal no campo das políticas sociais. Houve a reestruturação dos mecanismos institucionais e burocráticos que aumentou o alcance da gestão

governamental. Assim, os novos mecanismos de financiamento que foram engendrados ampliaram as possibilidades do gasto público nessa área.

Destaca que essa modernização institucional e financeira facilitou uma expansão na oferta de bens e serviços que atenderam as classes média e alta. Entretanto, esse período também é marcado por um perfil conservador dessa modernização, visto que seus resultados não foram direcionados para a população mais carente e tiveram reduzido impacto na redistribuição da renda (FAGNANI, 2005).

Nesse período, as políticas sociais apresentam quatro características estruturais: “o caráter regressivo do financiamento do gasto social; a centralização do processo decisório no Executivo federal; a privatização do espaço público; e a fragmentação institucional” (FAGNANI, p. 15). Tais características demonstram uma estratégia de modernização da intervenção do Estado. Demonstra tanto a expansão de bens e serviços quanto à limitada capacidade de redistribuição de renda demonstrada pela política social do regime militar.

Após a ditadura militar, em 1985, começou-se a construção da democracia. As pessoas passaram a acreditar que com a conquista do direito de eleger os governantes, iriam adquirir também a garantia dos direitos de liberdade, de participação, de segurança, de desenvolvimento, de emprego e de justiça social. Alguns desses direitos realmente passaram a ser assegurados, como o direito à liberdade através do livre pensamento e da participação através do voto. Por outro lado, ainda existiam graves problemas sobre a democracia social como a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo, a má qualidade da educação, a oferta inadequada dos serviços de saúde e saneamento, e a ampla desigualdade social e econômica que ainda atingia milhares de pessoas (CARVALHO, 2004).

Carvalho (2004) destaca que os direitos sociais dizem respeito à garantia de igualdade, ao direito de participação na riqueza coletiva, incluindo o direito à educação, ao trabalho e salário justo, à saúde e à

aposentadoria. Essa garantia está condicionada a eficiência da máquina administrativa do poder executivo. Os direitos sociais possibilitam reduzir a desigualdade gerada pelo capitalismo e garantir o bem-estar geral para todos.

A Constituição de 1988 fez reestabelecer a democracia e tornou-se visível a tarefa do Estado em regular de maneira universal os serviços sociais básicos como saúde, educação de qualidade e previdência social (PINHEIRO, 2015). A Constituição está pautada pelos princípios da universalidade (em contraposição à focalização), da seguridade e dos direitos sociais (FAGNANI, 2011).

Outro marco na reforma dos programas sociais brasileiros trata da segunda metade dos anos de 1990, onde inovações e reformas radicais foram realizadas. Com o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o sistema de proteção social voltou a ser tratado, onde duas políticas sociais foram reformadas - a saúde, com o Sistema Único de Saúde (SUS), e a assistência social. Ocorreram também, reformas parciais na previdência social, na política de saúde, na política educacional (com o ensino fundamental) e na previdência social. Houve a criação do seguro desemprego, programas de inserção produtiva (microcrédito) e programas de combate à pobreza (DRAIBE, 2003).

Segundo a mesma autora, nesse período ocorreram mudanças na reestruturação dos serviços sociais, onde a descentralização, a implantação da prática da avaliação e a democratização da informação caracterizam-se como as transformações mais significativas. Além disso, houve um aumento na participação social por meio dos conselhos nacionais e locais, com o intuito de incentivar o envolvimento e o controle social dos beneficiários e da comunidade. Aconteceram também parcerias com organizações não governamentais (ONGs) e um reforço de mecanismos da ação regulatória do Estado nas organizações do terceiro setor.

“Os programas sociais públicos do governo federal foram agrupados em três conjuntos: os universais (educação e saúde); os programas de seguridade social, emprego e renda (previdência social, programas de

capacitação e inserção produtiva); e os programas voltados para a pobreza (assistência social, programas de combate à pobreza e subsídios monetários às famílias)” (DRAIBE, 2003, p. 77).

Já no governo Lula (2003-2010), as políticas sociais assumiram um caráter focalizado especialmente aos economicamente mais desfavorecidos. Em seu mandato houve uma melhoria nas contas públicas, abrindo espaço para a ampliação do gasto social. Esse período é marcado pela criação de programas de transferência direta de renda, como o Fome Zero, que mais tarde foi substituído pelo Bolsa Família, com ações focalizadas nos “mais pobres”. Vários mecanismos foram implantados especialmente na área de saúde, assistência social, educação, segurança alimentar e política urbana, além de programas de apoio aos direitos humanos (FAGNANI, 2011).

E, por fim, se tratando do primeiro mandato do governo Dilma, percebe-se que a presidente seguiu a mesma linha de atuação do governo Lula. De acordo com Junior (2015) no governo Dilma, houve uma redução das desapropriações de terras; o programa “Minha casa, minha vida”, criado pelo governo anterior, continuou sendo implementado; houve a continuação de programas de transferência de renda, como o programa Bolsa Família e o chamado Benefício de Prestação Continuada, destinados aos idosos e às pessoas com deficiências. Além da criação de programas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), oferecendo cursos técnicos e profissionalizantes à população.

2.2 Desenvolvimento e Políticas Sociais

As políticas sociais exercem diferentes papéis no desenvolvimento de uma sociedade, desempenhando funções sociais, econômicas e políticas (PASTORINI, 2006). Com relação à função social, essas políticas têm como propósito o atendimento redistributivo dos recursos sociais, por meio de serviços sociais e assistenciais, como uma forma de acrescentar um adicional

aos salários das populações carentes. Assim, são desenvolvidos também aos usuários os serviços sociais de direito, como a saúde, educação, política salarial, trabalho, habitação, lazer e outros serviços como o de assistência e filantropia.

A função econômica refere-se à atividade do Estado em transferir bens e recursos aos mais carentes, por meio de pagamentos de impostos feitos pela população, que são repassados em forma de prestação de serviços como saúde, educação e assistência social. Essas ações funcionam como uma transferência de renda, onde o Estado arrecada de empresas para repassarem às pessoas com maior necessidade financeira. Assim, as políticas públicas estão destinadas a atender questões específicas da política social, procurando resolver as desigualdades que existem na sociedade (PASTORINI, 2006).

A função política das políticas sociais está relacionada ao contexto de lutas entre diferentes classes sociais, não podendo ser enxergada como simples favores das classes dominantes para os dominados, e nem como conquista das reivindicações populares. A política social vem das lutas da sociedade civil com o objetivo de obter legitimidade e controle social (PASTORINI, 2006).

De acordo com Rotta e Reis (2007) é imprescindível tratar o papel das políticas sociais na dinâmica de desenvolvimento das sociedades, abandonando a falsa divisão entre gastos “produtivos” ou “econômicos” e gastos “sociais”, entendendo que estes últimos são primordiais para a própria atividade econômica e para o alcance do desenvolvimento econômico, que é muito importante para qualquer sociedade.

“Para haver sustentabilidade, é preciso uma visão das necessidades e do bem-estar humano que incorpora variáveis não econômicas como educação, saúde, saneamento, habitação, água, ar puro e a proteção das belezas naturais. É preciso mudar a qualidade do crescimento, fundando-o em aspectos mais sólidos de distribuição de renda e de superação das vulnerabilidades sociais”. (COMISSÃO MUNDIAL

SOBRE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO, 1991).

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2010, a desigualdade de renda no Brasil é uma das mais elevadas do mundo. Diante disso, a ONU traçou os objetivos do Milênio, são eles: eliminar a fome, fornecer educação básica para todos, oferecer serviços de saúde, qualidade e igualdade para as pessoas. Para se alcançar esses objetivos é preciso realizar políticas públicas eficazes, capazes de atender as necessidades da população, através de um envolvimento de todos no processo de desenvolvimento dos países, garantindo uma sociedade justa e equilibrada. Entretanto, o grande desafio para a elaboração e implantação de políticas públicas eficazes é o fato de não se conhecer a verdadeira realidade das populações (SPANGER, 2011).

Com a dificuldade em se conhecer essa realidade e medir os níveis de desenvolvimento dos países com base apenas no Produto Interno Bruto (PIB) e na renda per capita, surgem novos indicadores de desenvolvimento instituídos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Um importante índice criado através de estudos de economistas como Mahbud ul Haq, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), passa a medir o desenvolvimento através de um indicador para a longevidade da população, ou seja, analisa o modo como as pessoas vivem, como se alimentam e cuidam de sua saúde. Em síntese, trata de três fatores primordiais: a expectativa de vida, o nível de escolaridade e a renda nacional bruta per capita. A partir de então, foi possível firmar um espaço importante para as políticas sociais nas discussões sobre desenvolvimento (ROTTA; REIS, 2007).

(...) só pode haver desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem para maximizar as capacidades humanas, que trata do conjunto do que as pessoas podem ser ou fazer na vida. “E são quatro as mais elementares: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível

de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade” (VEIGA, 2005, p. 85).

Com a implantação de indicadores como o IDH, as discussões a respeito das políticas sociais passam então a ganhar um novo espaço dentro da agenda política brasileira. Os temas relacionados com a saúde, a educação, a habitação, a assistência e a qualidade de vida da população como um todo, passaram a receber outro tratamento nos estudos e conferências a respeito do desenvolvimento.

As mudanças advindas da reestruturação do capitalismo e da crise do socialismo real demonstrou a importância do local, do regional e do global na reflexão sobre o desenvolvimento, desafiando as teorias anteriores e exigindo novos estudos para compreender a atual realidade (IANNI, 1995). Assim, começa a surgir um novo paradigma de desenvolvimento, voltado para a sociedade civil, indo além do Estado e do mercado, com maior atenção para as localidades e comunidades mais pobres. Desenvolvimento esse pautado no ser humano e na sustentabilidade através da inclusão social, equitativa, participativa e promovida de “baixo” e de “dentro” da sociedade civil (VELTMEYER, 2008).

Existem várias territorialidades que precisam se articular de maneira inteligente, e nessa diversidade o território local surge como um grande potencial que não está sendo utilizado, na medida em que possibilita políticas diversificadas que são capazes de se adaptarem a diferentes situações e uma articulação dos atores locais, com o objetivo de promover processos decisórios mais participativos e democráticos, além da maior produtividade sistêmica do território (DOWBOR; POCHMANN, 2010).

Dowbor e Pochmann (2010) destacam a importância das políticas sociais como núcleos centrais de atividades no território local. Saúde, educação, cultura, segurança – que há poucas décadas eram vistas como secundárias no universo das atividades produtivas, hoje são de fundamental importância para a vida das pessoas. Com o crescimento das áreas sociais, surge fortemente a necessidade de organizações da sociedade civil que

demonstrem a grande capacidade de racionalização da gestão local, ao evidenciarem as reais necessidades das comunidades. Os autores ressaltam que ao observar o crescimento das organizações da sociedade civil é possível constatar que estão em geral centradas na área das políticas sociais.

“É findo o tempo de governo, empresas e cidadãos dispersos. Surgem novas parcerias, e as políticas sociais passam a constituir articuladoras de formas mais participativas de gestão. Um par de tênis pode-se importar da China; no entanto, as políticas sociais são eminentemente locais” (DOWBOR e POCHMANN, 2010, p. 7).

As políticas sociais podem converter-se em mecanismos impulsionadores de processos de desenvolvimento na medida em que potencializam os arranjos produtivos locais pela habilidade produtiva das pessoas, pelo aumento das oportunidades de negócios, investimentos e espaços de trabalho, pela ampliação das capacidades criativas dos agentes, pela melhoria das condições de vida da população e pela criação de um ambiente favorável de crescimento econômico voltado para a equidade social (ROTA et al., 2006).

Para Alves (2016), o desenvolvimento social está diretamente relacionado com o desenvolvimento local. As experiências resultantes de projetos de intervenção e a grande produção teórica desenvolvida a partir dessas experiências mostram que o desenvolvimento social surge ligado às dinâmicas geradas no âmbito de projetos de desenvolvimento local. As formas de intervenção têm por objetivo conscientizar e mobilizar atores para minimizar e eliminar os vários tipos de problemas sociais, que tendem a caracterizar determinados territórios e populações, contribuindo para seu desenvolvimento, de forma integrada, sustentável e equilibrada.

Assim, orienta-se esse trabalho pela concepção de Alves (2016), com base em um modelo de desenvolvimento local como um processo de construção coletiva e de participação social, buscando identificar de que forma o acesso às políticas sociais colabora para o desenvolvimento de comunidades atingidas pela UHE Funil.

Diante disso, objetiva-se na próxima seção contextualizar o papel do Estado e do mercado na promoção dessas políticas sociais.

2.3 O Papel do Estado e do mercado na promoção de políticas sociais

Para tratar da promoção de políticas sociais é imprescindível incluir a lógica do Estado de bem-estar social na discussão. Pierson (1991) conceitua o Estado de Bem-estar social como um conjunto articulado de políticas e instituições que reconhecem ser de responsabilidade pública a garantia do bem-estar social aos indivíduos e grupos dentro da sociedade, partindo da ideia de que o mesmo não pode ser garantido pelas instituições de uma economia de mercado em seu funcionamento normal. Kerstenetzky (2011) também acredita que se tratando da concepção de políticas sociais, deve-se reconhecer que a esfera pública é responsável pela garantia do estado bem-estar social.

O Estado deve considerar os riscos do bem-estar como riscos ordinários em economias de mercado, levando em conta que podem ocorrer mudanças na vida das pessoas que as impossibilite de obter seus rendimentos – como doença, envelhecimento, acidentes de trabalho, desemprego, gravidez e infância, considerando inevitáveis e previsíveis riscos sociais (KERSTENETZKY, 2011).

Para alguns autores, as políticas de bem-estar ou Welfare State são a consequência natural das mudanças causadas pelo processo de industrialização. O principal argumento é que a aceleração da industrialização teria causado a intervenção do Estado sob a forma de desenvolvimento de políticas sociais, como meio de neutralizar os desequilíbrios gerados pelo crescimento econômico. Segundo essa teoria, há uma correlação entre Estado de bem-estar e programas sociais, os quais originariam do excedente econômico gerado pela industrialização (MELLO, 2007).

A relação entre políticas sociais ou de bem-estar e o capitalismo já fazia parte de estudos dos economistas políticos clássicos do século XIX, seja pela tendência liberal, seja de conservadora ou marxista, mesmo anos antes do reconhecimento do Welfare State. De um lado, os liberais sustentavam a teoria de mercado como instituição capaz de impulsionar a riqueza e o equilíbrio entre as classes e, de outro, os marxistas viam-no como contrário da igualdade social (MELLO, 2007).

King (1988 citado por Mello, 2007, p. 5) afirma que as políticas de bem-estar, advindas das pressões das classes trabalhadoras e das inovações nas políticas realizadas pelo funcionalismo de Estado (nos países centrais), poderiam promover a transformação social desde que fossem de caráter desmercantilizante, uma vez que se referem a políticas sociais que reforçam os direitos da cidadania e expande os laços de solidariedade na sociedade em detrimento das leis do mercado, favorecendo com isso a democracia.

Para abordar as relações de Estado e mercado na promoção das políticas, é necessário também delimitar os princípios neoliberais visto que esses acreditam que não é responsabilidade do Estado oferecer políticas sociais, destacando que o mercado é o regulador da riqueza e da renda, resguardando a iniciativa individual como base da atividade econômica (HOFLING, 2001).

Machado (2003) ressalta, que se o Estado de bem-estar social surgiu em oposição às ideias liberais, pode-se assegurar que o neoliberalismo é o mesmo liberalismo clássico acrescido de novos ingredientes, o que o torna opositor dos princípios que constituíram o Welfare State. Tais ingredientes são: desregulamentação das relações trabalhistas, privatização de empresas estatais e abertura comercial aos estrangeiros.

Segundo o autor, a aplicação dos recursos públicos, de acordo com os princípios neoliberais, diverge diametralmente daquela concebida no estado de bem-estar social. É claro que o neoliberalismo aceita a intervenção pública naquelas áreas de interesse coletivo que não sejam produtivos para os capitais privados, ou mesmo onde é marcante situações de extrema

carência social. Porém, os neoliberais não concordam com o direcionamento de atos públicos prioritariamente para as áreas sociais.

Os neoliberais justificam o mercado como regulador da riqueza e da renda, resguardando a iniciativa individual como base da atividade econômica. Defendem que não é responsabilidade do Estado oferecer políticas públicas sociais aos cidadãos, propondo que o Estado divida ou transfira suas responsabilidades com o setor privado, possibilitando aos cidadãos escolher a maneira como acessar tais serviços, preservando assim, a possibilidade de cada um conquistar o seu lugar na estrutura social por meio de seus próprios méritos (HOFLING, 2001).

Inserindo a lógica de mercado na promoção de políticas sociais, é indispensável tratar da tendência de responsabilidade social das empresas, ocupando, em alguns momentos, o papel do Estado na promoção das políticas sociais.

De acordo com Simionatto e Pfeifer (2006), nas últimas décadas do século XX e início do século XXI ocorreram grandes transformações na história da humanidade. Na esteira do Neoliberalismo e da globalização econômica foram inseridos novos critérios para análise da realidade, seja em relação ao mundo do trabalho através da reestruturação produtiva, seja nas relações entre Estado e sociedade. O redirecionamento do papel do Estado a partir da implantação de medidas político-ideológicas de cunho neoliberal causou um forte retorno da discussão sobre a sociedade civil, principalmente em termo prático- políticos. “Numa concepção minimalista do Estado e da democracia, a sociedade civil passou a ser a esfera de todas as virtudes” considerada apta a assumir funções que antes eram de responsabilidade do Estado, visto como ineficiente para encarregar-se das questões sociais. (SIMIONATTO; PFEIFER, 2006, p. 3)

Nesse contexto, motivou-se a participação de diferentes grupos da sociedade civil como parceiros privilegiados para executar questões do âmbito social, tornando importante e necessária a presença das organizações empresariais, tanto no plano econômico, quanto político e social,

reescrevendo a narrativa do Estado, da proteção social e da cidadania (SIMIONATTO; PFEIFER, 2006).

Simionatto e Pfeifer (2006) relatam que diante da ineficiência do Estado, a sociedade civil, apropriada como recurso argumentativo neoliberal, caracteriza-se como fundamental espaço de transferência dos serviços atribuídos antes ao Estado, tornando-se um espaço para a realização da solidariedade e da aglutinação dos projetos e da hegemonia burguesa. Desse modo, surge uma nova modalidade de atendimentos às demandas sociais, partindo do princípio da divisão de responsabilidades entre Estado, sociedade civil e mercado. Baseada sob a expressão “Welfare Mix”, que de acordo com Pereira (2000 citado por SIMIONATTO; PFEIFER, 2006, p. 7) representa uma alternativa às políticas sociais do Welfare State, revelando um Estado que deixa de ser o principal responsável pela proteção social, distribuindo responsabilidades entre os setores não governamentais.

Com efeito, vem à tona a Responsabilidade Social das Empresas que se entrelaça com o terceiro setor e o Estado na prestação de serviços sociais, retirando do Estado o papel de principal responsável pela proteção social, abrindo espaço para as empresas capitalistas participarem das questões sociais, organizando em seu interior um local organizado de prestação de serviços sociais por meio das práticas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE). (SIMIONATTO; PFEIFER, 2006).

Para Lucas (2007), as organizações da RSE e do terceiro setor como um todo tem por finalidade o sentido de substituir, complementar ou concorrer com a ação governamental no que se refere ao enfrentamento das demandas sociais, provocando uma alteração nas formas de produzir os serviços públicos, diminuindo assim, o papel ocupado pelo Estado e provocando um crescimento na atuação do terceiro setor.

Lucas (2007) relata em seu estudo, que o espaço provocado pelo abandono estatal é ocupado – não da mesma forma – pelo terceiro setor e pelos empresários envolvidos em determinadas ações, que acabam por aumentar seu poder social na difusão de valores na sociedade. Isso acontece

porque, segundo o autor, o Estado deixa de lado cada vez mais o investimento social para se adequar a ajustes fiscais cada vez mais rigorosos.

Coutinho e Macedo-Soares (2002) ressaltam que, devido ao aumento de problemas sociais e ambientais por todo o planeta (desemprego, exclusão, poluição, exaustão de recursos naturais) e à dificuldade do Estado em solucioná-los, as forças da sociedade estão passando por um processo de reorganização. É neste contexto que as empresas sentem a pressão para adotarem uma postura socialmente responsável na condução dos seus negócios. O número de recursos investidos em práticas ligadas à responsabilidade social tem aumentado de maneira significativa e adquirido maior relevância no cenário mundial.

Estabelecendo a lógica de RSE, as empresas têm procurado criar uma nova imagem, fugindo do modelo capitalista de busca permanente do lucro, procurando demonstrar, principalmente uma postura de respeito ao consumidor e de proatividade nas questões sociais. Implantando um discurso de inovação e preocupação socioambiental, muitas empresas tem conseguido ocupar posições de liderança, separadamente ou com parcerias de segmentos sociais específicos, e até por meio de parcerias com o governo, chegando, em alguns casos, a influenciá-los de maneira incisiva na construção e implementação de políticas públicas, ocupando o próprio papel do Estado (CAPPELLIN et al, 2002).

Há muitas empresas que focam sua atuação de responsabilidade social em ações sociais, colocando-se como socialmente responsáveis. Porém, se a empresa, por exemplo, corrompe funcionários públicos, engana consumidores e tem trabalhadores informais, deixa a desejar em responsabilidade social, por mais que invista em ações sociais. Aliás, muitas empresas fazem investimentos vultosos em ação social para compensar problemas que têm em outras esferas, como ambiental, ética ou judicial (OLIVEIRA, 2008, p. 67).

Menegasso (2001) destaca a complexidade que as questões relativas à responsabilidade social das empresas possuem. Ressalta que o Estado e as suas funções essenciais não podem ser substituídos, mesmo que seja pelo mercado. A este e às suas organizações podem caber o papel de partícipe, jamais de substituto.

Alinhada a essa visão, Meira (2012) explica que as práticas das empresas, ou de entidades a serviço delas, acontecem através de uma manifestação de incapacidade de o Estado suprir necessidades, os chamados bens sociais ou direitos sociais, a partir de ações públicas capazes de atender às demandas de todos de maneira eficiente. Isso não quer dizer que o Estado precisa ser o único a provê-las, mas não pode deixar de cumprir seu papel normatizador e regulador de direitos e deveres, com a responsabilidade de garantir que todos tenham acesso a eles, sem privilegiar nenhum ator social (MEIRA, 2012).

Segundo Mifano (2002), a RSE surgiu num contexto o qual há uma crise mundial de confiança nas empresas. Para tanto, as organizações empresariais começaram a desenvolver um discurso politicamente correto, pautado na ética e implementando ações sociais que podem significar ganhos em condições de qualidade de vida e trabalho para a classe trabalhadora ou, simplesmente, podem se tornar um mero discurso de marketing empresarial desvinculado de uma prática socialmente responsável.

Ao implantar um projeto social bem-sucedido a empresa adquire um reconhecimento institucional, comunitário e social, ou seja, a construção de uma imagem positiva por meio de um investimento que contribui diretamente para a melhoria da vida comunitária, provocando impactos positivos na comunidade (RICO, 2004).

Moisés, Rodrigues e Moretti (2011) conceituam a RSE indicando aspectos que deveriam definir a conduta responsável das organizações, mas que em algumas vezes não se coloca em prática:

“Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se

relaciona pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais” (INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, p.16).

Entretanto, para Cederström e Marinetto (2013), a RSE tem maior preocupação com aspectos práticos e principalmente com a empresa e seu desempenho, em detrimento ao contexto mais amplo e às questões macrossociais, focalizando-se na concepção de soluções realistas para problemas concretos, através de modelos gerenciais padronizados e de melhores práticas para uma conduta tida como ética.

Na visão de Cheibub e Locke,

“uma empresa socialmente responsável engaja em ações públicas que visam reforçar a concepção pública de democracia, especialmente via fortalecimento da esfera pública de decisão social e o adensamento sócio-político da sociedade em que opera” (CHEIBUB; LOCKE, 2000, p. 13-14).

Meira (2012) insere a ideia de tutela com um conceito apropriado para justificar os interesses que podem estar por trás da maioria das ações de natureza assistencialista ou filantrópica, promovidas por empresas ou entidades privadas.

Cheibub e Locke também defendem o papel ativo do Estado na universalização das políticas sociais, ao afirmarem que o papel político é claro, uma vez que a obrigatoriedade em sociedade implica a ação normativa do Estado, do poder público. Assim, os “direitos garantidos pela sociedade significa que o Estado, expressão política dos valores e interesses vigentes na sociedade, tem que garanti-los” (CHEIBUB; LOCKE, 2000, p.5.).

Meira (2012) acrescenta que todos os atores sociais têm a obrigação de colaborar com a implementação de políticas públicas, tendo o Estado como responsável por garantir que as mesmas cheguem a todos os que demandam dos serviços, sendo essas resultantes das conquistas sociais, de acesso absoluto como instrumento de cidadania, não como oportunidade de

barganha política, econômica ou religiosa, como é de costume acontecer quando essas políticas sociais apresentam-se disfarçadas de ajuda, caridade ou favorecimento especial.

É preciso se atentar para os efeitos negativos de empresas privadas trazerem para si a responsabilidade de implementar projetos sociais, visto que essa circunstância pode minimizar o poder de outros atores sociais como, por exemplo, dos sindicatos. Ao responsabilizar as empresas de assumir os compromissos sociais por razão de possuírem maiores recursos e poder, conseqüentemente, assume-se o risco de causar um esvaziamento de espaço público e da compreensão de que o bem-estar social é um direito de cidadania, visto que as empresas ficam ainda mais fortalecidas, pois além de estabelecerem a produção econômica passam a ser vistas também como promotoras do bem-estar social (CHEIBUB; LOCKE, 2000.).

Outro ponto a ser destacado refere-se à precariedade na relação entre as empresas e funcionários e, ou comunidade atendida quanto ao tempo em que dura e a extensão que o benefício possui. Por mais que entidades representativas ou estimuladoras da RSE tenham um discurso que exista ligação das ações empresarias com o Estado na tentativa de torna-las efetivamente políticas públicas permanentes, percebe-se que a marca das ações sociais das empresas é a transitoriedade (MEIRA, 2012). Cabe ressaltar que tais ações são de curto prazo e demonstram que mesmo o mercado assumindo o papel do Estado através da geração e ampliação do acesso às políticas sociais, isso não significa que o mercado vá garantir os direitos sociais ao longo prazo, deixando claro que são ações paliativas.

Meira (2012) acredita que a RSE caracteriza-se, muitas vezes, mais como estratégia de negócios do que pela preocupação social genuína, a não ser que inclua um cenário mais abrangente em que Estado, Sociedade Civil e Mercado atuem concomitantemente na busca de um modelo de sociedade em que a articulação política dos sujeitos sociais seja o objetivo e direção, e não o método a ser descartado pela atuação de qualquer segmento de fundamento paternalista.

Isso porque o autor entende que as políticas públicas de inserção social, de resgate da cidadania e da obtenção de direitos, só serão traçadas como tais com a atuação efetiva do Estado e da luta permanente dos sujeitos sociais em benefício das necessidades coletivas e emancipatórias, com a participação de todos os atores sociais. Não é possível julgá-las assim a partir da atuação pontual de entidades privadas, ou de entidades produtivas, cujos interesses geralmente tendem a fortalecer a ideia das políticas públicas como medidas paliativas ou compensatórias, em nenhum momento como fomentador da igualdade e justiça social (MEIRA, 2012).

2.4 Atingidos por barragens

A construção de usinas hidrelétricas é permeada por um contexto complexo, que envolve os interesses de vários atores. Silva (2007) destaca que os interesses dos atores envolvidos na construção de barragens, na maioria das vezes, se encontram em dois pontos opostos: de um lado estão os empreendedores em busca de lucro e o governo pregando o discurso do desenvolvimento; e, do outro, as comunidades atingidas e os movimentos que se posicionam contra tais empreendimentos, como o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens).

A World Commission on Dams (Comissão Mundial em Barragens, 2000) leva em conta que o objetivo de qualquer projeto de barragem deve ser a melhoria sustentável do bem-estar humano, ou seja, um avanço significativo do desenvolvimento humano, com bases economicamente viáveis, socialmente equitativo e ambientalmente sustentável. Entretanto, nem sempre esses princípios são seguidos, e apesar das colocações a favor da construção de usinas hidrelétricas, não se pode negar a outra face dessa questão. Piacenti et al. (2003) destacam que a construção de uma usina hidrelétrica gera vários impactos, que podem atingir regiões além daquelas em que estão situados os reservatórios.

Para Barros e Oliveira (2016) a implantação de empreendimentos da proporção de uma usina hidrelétrica gera várias mudanças nos meios físico, biótico, ambiental e social das regiões lindeiras aos reservatórios. Tais alterações, devem ser previstas no Estudo Prévio de Impacto Ambiental e, a partir daí uma série de medidas compensatórias e mitigadoras a serem implementadas pelo empreendedor são estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador.

Piacenti et al. (2003) considera que dentre os principais impactos ambientais, estão as mudanças causadas na flora, fauna e sobre os recursos naturais, além das alterações na estrutura física e climática das regiões, causando perdas significativas e irreversíveis à espécies e ecossistemas. Em

relação aos impactos econômicos, aponta-se a injeção de recursos nas áreas atingidas e próximas a estas, devido à construção do empreendimento, mas também o alagamento de espaços produtivos que pode prejudicar a dinâmica econômica local (PIACENTI et al. 2003).

Os impactos sociais também merecem grande atenção, visto que na maioria das vezes os empreendedores não atribuem à importância que possuem na vida das pessoas. Na visão de Azevedo (2002), os impactos sociais constituem-se no:

“deslocamento forçado de populações; perda de cultura e atividades tradicionais; surgimento de doenças provocadas pelo aumento de populações de vetores; alteração cultural e distúrbios sociais das comunidades autóctones, decorrente do grande fluxo de trabalhadores que, durante curto período de tempo, trabalham nas obras de engenharia ou em razão do estabelecimento de novas populações nas áreas modificadas (não submersas), acarretando aumento de taxas de alcoolismo, prostituição, violência e perda de valores culturais e religiosos; perda de patrimônio cultural, especialmente sítios históricos, arqueológicos, paleontológicos e religiosos, comumente encontrados às margens de rios e que são submersos ou destruídos por construções, retirada de material para aterro etc.; perda de infraestrutura, consistente em estradas, pontes, cidades etc., freqüentemente submersas e perda de atividades econômicas primárias, tais como agricultura, pecuária e extrativismo, normalmente atingindo pequenos proprietários e trabalhadores menos qualificados, que dificilmente recebem reparação efetiva.” (AZEVEDO, 2002, p. 277-278).

É importante destacar que desde o início da implantação de uma barragem, os atingidos sofrem muito com os impactos que elas trazem. “Uma grande área de terra (na maioria das vezes, produtiva) será alagada e todo sistema social e ecológico será destruído para sempre” (DERROSSO, ICHIKAWA, 2013, p. 134), assim, os danos causados pela implantação de uma barragem são irreversíveis.

Segundo a CEAB/2010, as indenizações, na maioria das vezes, não são suficientes para que os atingidos reconstruam suas vidas. As ações para minimizar os danos e mudanças que essas pessoas sofrem antes, durante e

depois da implantação de um empreendimento como esse, devem ir muito além do aspecto indenizatório, sendo necessário trabalhar para refazer os meios e modos de vida desses atingidos (LIMA; FERREIRA; RODRIGUES, 2014).

Diante das políticas indenizatórias, é importante ressaltar que o impacto aos atingidos torna-se ainda maior em situações em que as pessoas deslocadas não são cadastradas, nem indenizadas ou reassentadas pelos responsáveis da construção da usina (WEISS, 2010). Isso acontece porque existem diferentes conceituações a respeito de quem são os verdadeiros atingidos pelos empreendimentos hidrelétricos.

Assim, para definir quem são as pessoas consideradas atingidas e detentoras de direito às indenizações pelos empreendedores, torna-se relevante definir o conceito de atingidos.

Para Vainer (2008) trata-se de um conceito em disputa, esclarece:

“A noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária” (VAINER, 2008, p.40).

De acordo com Vainer (2008) há uma diversidade de definições do conceito de atingidos, que em suma, trata-se de uma categoria social em disputa, que varia no tempo e no espaço, conforme cada contexto envolvido nos casos específicos. Assim, o autor apresenta três diferentes conceitos de atingidos: territorial-patrimonialista, hídrica e mudança social.

Segundo a concepção territorial-patrimonialista, o atingido é o dono da terra alagada; já pela a concepção hídrica, o atingido é o inundado pela barragem, abrangendo além do proprietário, o posseiro, o meeiro, etc. No entanto, ambas as concepções legitimam o atingido como o alvo de indenização, prevalecendo nessas concepções o direito de desapropriação por utilidade pública exercido pelo empreendedor.

Por fim, a concepção denominada de mudança social considera o empreendimento hidrelétrico como deflagrador de mudança social, interferindo sob várias dimensões e escalas - espaciais e temporais - sob um dado território. Além de alterações citadas acima, esse processo de mudança gera novas dinâmicas sócio-econômicas, novos grupos sociais emergem na região de implantação, bem como, novos interesses e problemas se manifestam. Trata-se, portanto, de uma abordagem que permite superar as concepções que têm como núcleo o direito do empreendedor (territorial-patrimonialista e hídrica), e não os direitos das populações afetadas, uma vez que compreende a natureza econômica, política, cultural e ambiental do processo social deflagrado pelo empreendimento (VAINER, 2008).

Esta concepção de mudança social, conforme ressalta Vainer (2008), tem sido adotada como a noção de atingido por organizações multilaterais, como por exemplo, o Banco Mundial que classifica os atingidos como aqueles que são afetados por um conjunto de processos econômicos e sociais deflagrados pelo empreendimento e que possam vir a ter efeitos perversos sobre a vida das populações.

Ainda segundo o mesmo autor, no Brasil houve uma predominância das perspectivas patrimonialista e hídrica, as quais foram modificadas apenas com a emergência de uma legislação ambiental, e mais especificamente, de uma legislação estabelecendo regras para o licenciamento ambiental, que além da questão dos impactos sociais e ambientais, reestruturou a própria noção de atingido, vinculando-a ao processo a mudança social. Entretanto, isto não quer dizer que as perspectivas patrimonialista e hídrica deixaram de existir no contexto brasileiro, sendo comum a permanências dessas concepções em algumas estratégias que buscam circunscrever o problema de construção das hidrelétricas a duas e exclusivas dimensões: i) o território atingido, que é concebido como sendo a área a ser inundada, ii) a população atingida é constituída pelos proprietários fundiários da área a ser inundada. Nestas circunstâncias, a ação do empreendedor resume-se a avaliar e negociar as

desapropriações, não compreendendo as outras dimensões do processo de mudança social.

Pode-se perceber que existe uma grande discussão a respeito do conceito de atingido e de quem realmente deve receber as indenizações, assim, as empresas tentam cada vez mais diminuir o número de pessoas atingidas. É fácil perceber que o conceito de atingidos é heterogêneo e contraditório e que sua definição depende do interesse representado.

Mesmo reconhecendo essas peculiaridades do contexto brasileiro e os avanços na concepção sobre os atingidos por barragens, ao investigar as comunidades atingidas pela UHF, o que se observa na prática é que no tratamento desses grupos ainda prevalece uma abordagem baseada nas concepções territorial e hídrica.

Diante dos diversos impactos que ocorrem na vida dos atingidos e os diversos conceitos envolvidos na discussão, as políticas públicas têm fundamental importância para compensar os prejuízos causados pela implantação de uma barragem. São essenciais para o desenvolvimento das comunidades atingidas, a promoção de um conceito de desenvolvimento que contemple as dimensões social, econômica, política e ambiental.

Autores como Zhouiri e Oliveira (2007) e Nascimento et al. (2010) apontam, entretanto, que ações destinadas aos atingidos não tem recebido a devida atenção nos espaços de debate sobre energia no Brasil, principalmente, no que tange às agendas do setor que, muitas vezes, as ocultam ou confundem com os grandes interesses presentes na construção de uma hidrelétrica.

Se tratando das relações de Estado e mercado, é importante destacar que não existe uma política pública nacional que defenda os interesses dos atingidos. O Plano Nacional de Energia 2030, assim como o Plano Decenal de Expansão de Energia 2021 só preveem investimentos para novas construções de barragens e não abordam ações que compensem esses investimentos. A política energética brasileira ainda não colocou em sua

agenda os problemas sociais, culturais e ambientais provocados na população atingida pela barragem.

[...] não se pode, liminarmente, descartar o desenvolvimento de um potencial hidrelétrico com base nos argumentos simplificados que têm sido levantados contra a instalação de usinas hidrelétricas de maior porte. Do contrário, estar-se-á abrindo mão do aproveitamento de um potencial renovável e de baixo custo. Os impactos ambientais para as gerações futuras devem ser confrontados com os custos futuros mais altos que essas gerações pagarão pela energia, com os impactos ambientais produzidos pela opção que for escolhida (sim, porque todas as fontes de energia produzem impacto ambiental) e, inclusive, com a eventual escassez futura da energia (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2007, p. 161).

Diante disso, é possível perceber que a política energética brasileira prioriza o desenvolvimento econômico em detrimento dos impactos provocados, atribuem pouca atenção às necessidades dos atingidos, fazendo com que fiquem dependentes das ações da empresa empreendedora.

3 METODOLOGIA

Esse estudo se fundamenta em uma pesquisa mais ampla que contemplou os fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento das comunidades atingidas pela UHE Funil com o fim de utilizá-los como proposições para a formulação de políticas públicas que defenda os interesses das populações atingidas por barragens. Esta pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A pesquisa pode ser caracterizada como de natureza qualitativa e descritiva. Para atender ao objetivo proposto, foram realizadas entrevistas não estruturadas com os diversos atores envolvidos com a UHE Funil como os moradores das três comunidades atingidas; os representantes do CAHEF; o poder executivo e legislativo dos municípios que abrigam a comunidade; membros de entidades representativas, como rádio comunitária, associações de moradores, movimentos sociais e outras associações criadas para a reativação econômica.

Os roteiros das entrevistas se fundamentaram nos roteiros utilizados na pesquisa de Alencar et al. (2005) VER APENDICE, adaptando-se às especificidades do estudo. Buscou identificar a percepção desses atores em relação aos fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento das comunidades após serem atingidas, logo, buscaram-se relacionar as potencialidades desses fatores bem como o modo como eles poderiam ser utilizados para responder os objetivos da pesquisa.

Para selecionar os entrevistados foi utilizada a dimensão temporal como critério, ou seja, foram selecionados atores envolvidos com a UHE Funil ou que foram atingidos pelo empreendimento. Posteriormente, pautou-se como critério de seleção a conveniência e/ou acessibilidade- interesse e disponibilidade do suposto participante em colaborar com a pesquisa. Foi utilizado também o método bola de neve, solicitando aos entrevistados a

indicação de atores que poderiam participar da pesquisa. O princípio da saturação foi usado como parâmetro para delimitar o número de participantes, ou seja, o número de entrevistados foi limitado quando as informações se tornaram saturadas e os pesquisadores julgaram que já não obteriam resultados diferentes nas entrevistas (ALLEN CAR, 1999).

O projeto de pesquisa juntamente com os roteiros de entrevistas e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram submetidos à Comissão de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Lavras, sendo aprovado sob o parecer nº 391, 2923, em 11 de setembro de 2013.

O trabalho de campo iniciou-se em outubro de 2013 e encerrou em julho de 2014 sob a coordenação da professora Patrícia Aparecida Ferreira, composta por duas alunas de pós-graduação e três alunos de iniciação científica.

No início da coleta de dados foram realizadas visitas no escritório do Consórcio AHE- Funil (CAHEF), nas comunidades que foram atingidas pela UHE Funil - Macaia, Ponte do Funil e Pedra Negra, e por fim na sede das prefeituras e câmaras municipais que abrigam as comunidades atingidas- Bom Sucesso, Lavras e Ijaci, respectivamente.

Antes de realizar cada uma das entrevistas foi informado aos participantes os objetivos e procedimentos do estudo, sendo solicitado, ainda, que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para realizar a coleta de dados, a equipe de pesquisadores se dividiu em duplas, com o objetivo de se adequarem aos horários dos entrevistados.

O quadro 1 representa o número de entrevistas realizadas por categoria até julho de 2014. Conforme pode ser observado no quadro 1 foram realizadas 57 entrevistas.

QUADRO 1 Categoria de atores sociais e número de entrevistados por categoria

Categoria de atores sociais	Número de entrevistados
-----------------------------	-------------------------

Representantes do CAHEF	4
Atingidos de Macaia	13
Atingidos de Pedra Negra	8
Atingidos da Ponte do Funil	11
Membros de entidades representativas	13
Representantes dos Poderes Executivo e Legislativo	8
Total	57

As entrevistas foram gravadas e transcritas pelos três alunos de iniciação científica que compunham a equipe, e tiveram duração média de cinquenta minutos.

A análise de dados iniciou-se com a categorização dos fatores favoráveis e limitantes, orientada pela sistemática da codificação da grounded theory exposta e detalhada no modelo processual de políticas públicas (FERREIRA; ALENCAR; PEREIRA, 2011). Assim, com base na grounded theory, o estudo dos dados seguiu as seguintes etapas: interação com os dados, codificação aberta, codificação axial e codificação seletiva.

Realizou-se a leitura de todas as entrevistas transcritas para interagir com os dados. Em seguida, para realizar a codificação aberta, construiu-se para cada entrevistado um quadro de análise, no qual os trechos das entrevistas foram copiados e colados quando se referia ao fator favorável ou limitante. Nessa etapa da categorização, os dados transcritos foram examinados cuidadosamente para extrair todas as informações possíveis.

Logo, realizou-se a codificação seletiva que se estruturou através da confecção dos quadros gerais de análise por grupos, são eles: atingidos de Macaia, atingidos de Pedra Negra, atingidos da Ponte do Funil, representantes do CAHEF, membros de entidades representativas, representantes do poder executivo e legislativo dos municípios que abrigam as comunidades atingidas. Na formação desses quadros, agruparam-se todos os trechos relacionados ao acesso às políticas sociais.

Por fim, buscou-se compreender como se deu o acesso às políticas sociais e as potencialidades de desenvolvimento que esse acesso trouxe para as comunidades atingidas, com o intuito de atender ao objetivo geral proposto e responderão o problema dessa pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção apresenta os resultados e discussões da pesquisa empírica, de modo a abordar os seus três objetivos específicos. Primeiramente será realizado um histórico a respeito da UHE Funil, para que o leitor possa se situar a respeito das peculiaridades de sua construção, como a respeito do tamanho, capacidade e estrutura; logo, procederá a caracterização das comunidades atingidas, definindo o perfil das comunidades com foco no seu acesso às políticas sociais antes da construção do empreendimento; em seguida, serão relatadas todas as mudanças ocorridas no acesso às políticas sociais após a construção; e, por fim, verifica-se se tais mudanças contribuíram com o desenvolvimento das comunidades atingidas.

4.1 Usina Hidrelétrica do Funil (UHE Funil)

De acordo com dados da Aliança e Energia – Usina de Funil (2016), em 1964, por meio do Decreto no. 54.705, houve a concessão para exploração da UHE Funil, localizada entre os municípios de Lavras e Perdões, com seu reservatório atingindo uma área inundada de 38 km², foi outorgada a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig).

Somente na década de 90, realizaram-se os Estudos de Viabilidade e o Projeto Básico, sendo também protocolada a Solicitação de Licenciamento Ambiental na Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM).

Em 1994, após análise dos Estudos de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima), o Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) concedeu a Licença Prévia (LP) ao empreendimento.

A partir de 2000, o Consórcio Empreendedor, constituído pela Companhia Vale do Rio Doce (Vale), com participação de 51%, e pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), com 49% de participação, passou a ser chamado Consórcio AHE Funil.

A seguir, o Consórcio Empreendedor contratou, por empreitada e a preço global sob regime Turn Key EPC, o Consórcio Construtor Funil, formado pelas empresas Impsa, Servix/Mendes Júnior, Spec, Orteng, Delp e Ultratec.

Em 1º de setembro de 2000, foi concedida a Licença de Instalação (LI) para o empreendimento e emitida a Ordem de Serviço ao Consórcio Construtor para início da Mobilização e Instalação do Canteiro de Obras.

Em 2002, foi realizado o desvio do curso do rio Grande para execução das Obras Civas nas áreas da Barragem, Vertedouro e Casa de Força. Nesse mesmo ano, foi concedida a Licença de Operação (LO) para a Usina Hidrelétrica do Funil e iniciado o enchimento do Reservatório com o fechamento do Túnel de Desvio.

De janeiro a julho de 2003, ocorreu à entrada em Operação Comercial das três Unidades Geradoras, com potência instalada total de 180 MW com 89 MW de energia média assegurada em operação, capaz de suprir uma cidade de cerca de 500 mil habitantes.

Foi construída em um prazo recorde de 33 meses e sua primeira unidade geradora entrou em operação comercial com 27 meses de implantação. As obras tiveram início em setembro de 2000 e foram encerradas em julho de 2003, com a entrega da terceira unidade geradora.

A UHE Funil recebeu o nome de Engenheiro José Mendes Júnior, em homenagem ao empresário mineiro que esteve à frente da construção de grandes obras ligadas ao desenvolvimento nacional.

A usina foi a primeira do Brasil a instalar o Sistema de Transposição para Peixes (STP). A estrutura tem o objetivo de permitir a continuidade do processo de migração das espécies de peixes provenientes do rio Grande. O elevador de peixes iniciou seu funcionamento em janeiro de 2004 e já transportou mais de 1.000 toneladas de peixes.

4.2 Características das comunidades atingidas, e seu acesso às políticas sociais antes da construção do empreendimento hidrelétrico.

A Usina atingiu a área em que estão situados seis municípios da região Sul de Minas Gerais e Campo das Vertentes, são elas: Lavras, Ijaci, Itumirim, Ibituruna, Bom Sucesso e Perdões. Mas cabe destaque às três comunidades que foram o objeto de pesquisa deste trabalho, denominadas de: Macaia, Pedra Negra e Ponte do Funil.

Macaia foi parcialmente atingida, já Pedra Negra e Ponte do Funil tiveram suas terras totalmente alagadas, desaparecendo a comunidade e assumindo um novo local depois da formação do reservatório.

Distrito de Bom Sucesso, Macaia que em tupi-guarani quer dizer mata. Possuía 198 imóveis, destes, 83 foram atingidos pela formação do reservatório, cerca de 70 casas e duas mercearias, três bares, posto telefônico, agência de correios, escola estadual (1ª a 4ª séries) e posto de saúde. As pessoas que tinham residência há poucos metros abaixo da igreja foram realocadas para a parte mais a cima do distrito, em novos imóveis construídos pela UHE Funil.

Um ponto importante a se destacar na história dessa comunidade é que esta possuía distritos de Piedade, Machado Xavier e Pedra Negra, e hoje Macaia não conta mais com Pedra Negra, comunidade que foi totalmente atingida pelo reservatório e a grande maioria dos moradores foram

transferidos para a cidade de Ijaci, depois das negociações com o Consórcio empreendedor.

A população de Macaia era formada por uma miscigenação racial muito comum, onde quase metade é negra, mas também é comum encontrar brancos, morenos e pardos.

Na comunidade de Macaia, todos se conhecem e mantêm relações próximas uns com os outros, parentes, vizinhos, patrões, empregados, apadrinhados, colegas e conhecidos. Entretanto, os moradores relatam que antes da construção da Usina as pessoas eram mais unidas e tinham um maior contato umas com as outras, contato entre vizinhos que ao final da tarde se sentavam nas portas das casas para “jogar conversa fora”, e após o processo modificou-se essa relação de vizinhança na comunidade, muitos deles relatam que sentem muita saudade desses costumes que acabaram se perdendo.

[...] quando era Macaia velho, você podia sentar na porta, na calçada, bater um papo de tardezinha ainda mais com esse calorão, aí você poderia sentar na porta, contar caso, como se diz né jogar conversa fora, e hoje a gente não pode mais fazer isso, agora sabe porque? Por causa disso, da um bando de vândalos, porque vem muita gente de fora vem se drogar, vem destruir o patrimônio público. (Atingido de Macaia 3)

Além disso, os moradores contam que após o processo de relocação houve uma divisão na comunidade, que ficou separada e dividida em “Macaia novo” e “Macaia velho”. De acordo com os relatos a vida na comunidade antes da construção da barragem era bem mais tranquila, as pessoas tinham sossego e paz, e a construção da ponte acarretou muito movimento na comunidade, pessoas que vão utilizar à represa e que trazem muito barulho e confusão.

Eles teve que mudar completamente, mudou tudo, porque tinha gente que tinha casa, aquelas casas com fogão de lenha, aquela casa não tinha forro, não tinha laje, não tinha nada, aí de uma hora pra outra mudou pra

casa com laje, piso, tudo arrumadinho, sem fogão de lenha. (Atingido de Macaia 12)

A comunidade era formada por pessoas com características culturais fortes e que mantinham sua renda através do trabalho braçal nas fazendas da região, com grande maioria na colheita de café que só acontece durante cinco meses do ano, mas que para muitos era a fonte de renda para todo o ano. Hoje as relações de trabalho passaram por muitas modificações, muitos vão para as cidades vizinhas trabalhar nas empresas e, ou em casas de família, escolas, etc.

Ademais, antes da construção da UHE Funil não havia a ponte que liga Macaia a Ijaci, assim, a travessia do rio Grande se dava através de balsas, que eram feitas da união de duas canoas de madeira. O embarque e desembarque eram com pranchas soltas que ficavam cada uma numa margem do rio. Levavam de oito a dez minutos para atravessar de balsa quando o rio estava normal e quando o rio estava cheio e a correnteza forte a travessia era rápida, mas perigosa, muitos temiam que os cabos de aço que prendiam a balsa arrebentassem.

Já a segunda comunidade, o arraial de Pedra Negra, antes da construção do empreendimento pertencia ao município de Bom Sucesso e situa-se hoje no município de Ijaci, isso se deu porque, de acordo com os relatos, os atingidos tinham a opção de permanecer próximo ao próprio local onde estavam situados, ir para a comunidade Macaia ou se mudarem para o município de Ijaci. Assim, durante o processo de negociação com o consórcio, os moradores optaram transferir-se para o município de Ijaci, em busca de melhores condições de vida e emprego, visto que na cidade acabava de ser construída a fábrica de cimento que poderia maximizar as oportunidades de emprego para os moradores. Alguns entrevistados consideram que o acesso mais próximo à cidade de Lavras também influenciou na decisão, que facilitaria também as possibilidades de trabalho no município vizinho.

Foi bom porque Pedra Negra já tava um lugar bem difícil pra gente viver, pras crianças estudar, você sabe que a área rural vai acabando, os fazendeiros não dependiam mais de mão de obra porque hoje já é tudo maquinário. Então pra vim pra cá eu achei que **ficou mais fácil pras crianças estudar, pra juventude arrumar emprego de modo que tem a Camargo Corrêa aqui pertinho, eu considero Ijaci um bairro de Lavras, porque tem ônibus de hora em hora; Lavras também da muito emprego pra todos.** (Atingido de Pedra Negra 1) (grifo nosso)

Pedra Negra foi mais difícil, difícil porque a comunidade Pedra Negra optou por ir pra Ijaci, opção deles né, eles tinham escolha de ficar próximo ao próprio local onde eram né, mais acima, ir pra Macaia, se unir com Macaia, que no meu ponto de vista seria o mais lógico, por questões entre eles lá optaram por vir pra Ijaci, **na expectativa de ter emprego na Camargo Corrêa**, e não é assim né, não consegue sair da área rural, como trabalhador braçal de área rural e entrar em uma indústria como a Camargo Corrêa totalmente modernizada, sem ter nenhum tipo de qualificação. E a expectativa foi criada pra eles por outras pessoas, outros grupos que não o consórcio, que era expectativa que estava por vim, eles sentiram mais. (Representante do CAHEF 2) (grifo nosso)

[...] Aí o Consórcio perguntou pra onde é que eles iam, surge aí o **prefeito de Ijaci, chega lá fazendo promessa para os moradores de Pedra Negra que se eles fossem pra Ijaci ele colocava todo mundo dentro da Camargo Correa pra trabalhar**, na época era o Sr. Antoniozinho e depois passou para o senhor Olímpio Paixão, todos dois já são falecidos. **Então aí que eles decidiram mesmo, uai já tá empregado vamos embora pra lá**, e isso não aconteceu, gente não aconteceu e nem tinha como acontecer, eles mexiam com o meio rural, cada um tinha o seu pedacinho, o outro trabalhava de empregado, era o café com leite que mexia, mais aí todo mundo naquela, que agora vamos embora porque nós vamos trabalhar todo mundo de empregado, vai pagar bem e tudo mais. Mas com isso ele levou a comunidade toda pra Ijaci. (Representante do executivo de Bom Sucesso 2) (grifo nosso).

Nessa comunidade foram relocadas 95 famílias da comunidade de Pedra Negra, sendo que 59 casas foram permutadas com os antigos proprietários e 36 casas entregues a moradores considerados casos sociais.

Em relação a essa comunidade cabe uma atenção especial, pois passou por grandes mudanças em suas características culturais, em suas relações de trabalho, religiosidade, etc. A população era formada por negros e brancos, tendo vivido todo o contexto pós-escravatura.

Os membros da comunidade possuíam costumes pacatos e, assim como a comunidade de Macaia, viviam basicamente da colheita e de outros serviços nas propriedades vizinhas, o arraial era um dos principais fornecedores de mão de obra agropecuária da região. Grandes proprietários da região davam ocupação a famílias inteiras, inclusive às crianças que começavam cedo na terra, para ajudar os pais. Observa-se que o processo de relocação da comunidade após construção da Usina hidrelétrica modificou este cenário, pois agora os moradores pertencem à área urbana. Cabe citar o relato de um atingido citando esse fato “Você tirou quase todos da roça e deu um serviço de carteira assinada”. (Atingido de Pedra Negra 1).

Em relação à comunidade da Ponte do Funil localizada no município de Lavras, é assim chamada porque foi construída num afunilamento do Rio Grande. Criada em 1844, por iniciativa do lavrense Comendador José Esteves de Andrade Botelho, a Ponte do Funil constituiu poderosa ferramenta de melhoria do comércio da cidade; segundo dados compilados pelo professor Firmino Costa, ela foi concluída no ano de 1869 e servia de acesso para os boiadeiros vindos das mais diversas partes do Estado, bem como das invernadas de Perdões.

A região atingida pela UHE Funil é marcada por sua diversidade e riqueza cultural. Em relação às suas relações de trabalho, alguns são comerciantes, empregadas domésticas e possui elevado número de artesãos e agentes culturais, que trabalham na confecção de balaios, de tecidos, pesca e agricultura, através de associações que foram criadas pelo consórcio empreendedor como forma de reativação econômica para às comunidades.

Para avaliação do acesso das políticas sociais nestas comunidades antes da construção da UHE Funil, será utilizada neste trabalho a concepção de Hofling (2001), que as considera como conjunto de políticas que

englobam a saúde, a educação, a previdência, a habitação, o saneamento, entre outras. E também de Imamoto (2002) que inclui o trabalho e serviços como filantropia e assistência em sua definição.

O transporte também será considerado parte do rol dos direitos sociais, de acordo com o entendimento da Deputada Luiza Erundina de que os direitos sociais abarcam os aspectos relevantes da vida em sociedade. Além disso, já foi aprovada a nova Emenda Constitucional 90/2015 que dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, introduzindo o transporte como direito social, foi publicada no DOU em 16 de setembro de 2015 (BRASIL, 2016).

Caracterizando o acesso aos serviços sociais antes da construção da UHE Funil, um fator primordial que a maioria dos entrevistados relata é que a infraestrutura das três comunidades era precária, e isso dificultava o acesso dos atingidos a determinadas políticas sociais como educação, saúde, trabalho e transporte. Destacam que não possuíam acesso a tais serviços ou eram prestados de forma ineficiente pelo poder público.

Como os atingidos das comunidades viviam afastados das cidades e o acesso a elas eram muito dificultado, por exemplo, em Macaia tinham que atravessar o rio de balsa, pagar por esse serviço, programar os compromissos de acordo com os horários da balsa, e também por ser um serviço incerto e inseguro, pois não era possível atravessar de balsa quando o rio estava cheio e, nesses casos, as pessoas tinham que atravessar de canoa ou pela linha de trem.

[...] Ah eu acho que melhorou bastante, porque antes tudo era muito difícil, até transporte, antes tinha que atravessar de balsa... (Atingido de Macaia 7)

[...] porque antes as estradas nossas lá eram muito ruim, aumento o movimento, a circulação de carro lá, então agora tá muito melhor. (Atingido da Ponte do Funil 2)

[...] não tinha transporte coletivo diariamente, era estrada de terra batida, estrada de sinais, entendeu? (Representante do executivo de Ijaci 2)

As crianças e jovens tinham dificuldade em terminar seus estudos, visto que nas comunidades só havia escola com ensino até a 4ª série e grande parte da população não possuía condições de se deslocar para as cidades vizinhas, que eram a cidade de Bom Sucesso, Ijaci, Perdões e Lavras. Todas as três comunidades citam esse fator, destacando que quase ninguém da comunidade conseguia se formar principalmente pelo fato desse difícil acesso.

[...] a vida era muito difícil, as coisas eram muito difícil lá... [...] tinha muita gente lá que veio terminar os estudos aqui porque lá tinha até a quarta série e o pessoal tinha que trabalhar, aí largava os estudos até na metade e ia trabalhar. (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 3)

[...] não tem mais aquela divisão que tinha antes, como crianças que moravam em Lavras e estudavam em Perdões. (Atingido da Ponte do Funil 6)

[...] Muitos lá que não tinham como estudar, aqui voltaram a estudar. (Atingido de Pedra Negra 1)

[...] Educação melhorou bem porque aquelas pessoas que participa de estudo aqui favoreceu porque tem mais grau de estudo, lá não tinha, tinha que sair pra ir em Bom Sucesso estudar ... (Atingido de Pedra Negra 6)

[...] porque como eu te falei, nessa parte educação, da saúde, melhorou muito porque lá era muito difícil, eu até tenho uma filha que hoje estuda em uma escola próxima... (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 3)

Assim como na educação, o acesso aos serviços de saúde também era precário visto que não dispunham de serviços médicos na localidade e em casos de urgência não conseguiam chegar até a cidade mais próxima para serem atendidos.

[...] eles estavam lá e tinham difícil acesso a saúde, não tinha escola, não tinha mercado... (Representante do executivo de Ijaci 1)

[...] não tinha condição de uma criança viver num ambiente, as vezes, que não tinha condição de fornecer

pra ela aquela escola, saúde, posto de saúde perto. O cara tinha que sair com uma criança correndo no meio da estrada de terra, as vezes atravessar balsa igual era o caso de Macaia, pra chegar aqui em Lavras ... (Representante do CAHEF 4)

[...] lá do outro lado tinha uma escolinha pequena, não tinha posto de saúde, o ônibus se desse uma chavinha agente tinha que subir a pé pra encontrar lá em cima, que já não descia lá em baixo na ponte... (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 2)

[...] não ter um posto de saúde, adoecia tinha que pagar um carro pra levar pra uma cidade mais perto, não tinha uma farmácia, não tinha onde comprar um medicamento... (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 2)

[...] eles estavam lá e tinham difícil acesso a saúde, não tinha escola, não tinha mercado, pra eles foi muito bom... (Representante do executivo de Ijaci 1)

Alguns entrevistados das comunidades de Macaia e Pedra Negra destacam que devido ao fato de não possuírem acesso ao transporte facilitado, as condições de trabalho também eram muito difíceis, muitos se viam obrigados a trabalharem no campo, pois não tinham acesso aos postos de trabalho existentes na região.

Uai melhorou como eu te falei o estudo, o trabalho, as casas, você tirou quase todos da roça e deu um serviço de carteira assinada. Muitos lá que não tinham como estudar, aqui voltaram a estudar e trabalhar. (Atingido de Pedra Negra 1)

[...] Não tinha emprego em Ijaci, tinha as mineradoras e pedreiras, com a Camargo, o consórcio e esses empreendimentos imobiliários melhorou muito a arrecadação e a renda per capita, a média de salários subiu demais. (Representante do executivo de Ijaci 1)

Já um entrevistado da Pedra Negra e dois entrevistados da comunidade da Ponte do Funil veem essa questão do trabalho de maneira diferente, acreditam que o acesso ao trabalho era facilitado antes da construção da barragem, visto que muitos vendiam as frutas e verduras que plantavam e trabalhavam com a pesca.

É, igual eu falei, no começo eles sentiram um pouco essa mudança porque o pessoal vivia muitas vezes da pesca, plantavam seu feijãozinho, suas coisas ali no fundo da horta, e aqui não teve muito isso né, então o pessoal sentiu um pouco, até que o consórcio entrou com a cesta básica por mais de um ano pro pessoal poder dar aquele impulso, pra poder se acostumar com a vida aqui que é bem diferente de lá da roça. (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 3)

A gente tinha uma pesca que a gente praticava ali no rio, que era uma pesca tradicional, que veio passada de gerações, dos meus bisavós, dos meus avós, e de repente você não ter mais o rio, ter o lago pra você pescar com estrutura totalmente diferente, os equipamentos totalmente diferente, você não sabe nada. A gente teve que reaprender novamente, sozinho. Em tudo, não foi só na pesca. A gente teve que reaprender a plantar, nós tivemos que reaprender a receber o turista, que o turismo ali pra nós era uma fonte principal que a gente tinha. (Atingido da Ponte do Funil 9)

[...] eu gostava de mais da antiga ponte e sem tirar que eu tinha uma renda superior a dois salários mínimo, fazia balaio lá na margem do lago, tinha um sítio lá onde eu morava, lá tinha várias moitas de bambu e eu trabalhava e tinha minha fonte de renda e aquilo ali com uma pequena horta que eu plantava, eu tirava o combustível com aquela pequena horta, fazia feira... o meu carro chefe era os balaio, aí eu vendia os balaio e saía líquido aquele lucro e hoje infelizmente aquela matéria prima não tem mais, essa era a facilidade que tinha lá. (Atingido da Ponte do Funil 6)

Além dos fatores referentes ao acesso ao transporte, educação, saúde e trabalho, outro fator importante é em relação à habitação e ao saneamento básico. De acordo com os entrevistados, muitos atingidos não tinha acesso à moradia digna, vivendo em casas muito simples, de adobo e chão de terra batido, sem banheiros, sem saneamento básico, energia elétrica e fornecimento de água potável, evidenciando as más condições de vida que as pessoas viviam.

Veja bem, antigamente o pessoal não tinha, eram casas de estrutura mais simples, mais rudimentares, sem nenhuma condição sanitária, né? (Representante do CAHEF 4)

Bom, tinha muita casa velha, o pessoal ganhou as casas novinhas, independente dos defeitos da casa... (Atingido de Macaia 9)

[...] muita gente tá chorando de barriga cheia, porque tinha muita gente com a casa de adobo, a pessoa morava em casa de adobo com as telhas muito antigas, não tinha laje, não tinha nada, muita casa não tinha nem banheiro as vezes, tinha aquela foça lá no fundo da casa e tal ... (Atingido de Macaia 9)

Como um fator positivo – falam mais de ter conseguido as casas que antes não tinham. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 3)

[...] a questão era que a comunidade tava muito abandonada, entendeu? Não tinha estrutura, não tinha saneamento básico, não tinha postos de saúde, não tinha transporte coletivo diariamente, era estrada de terra batida, estrada de sinais, entendeu? (Representante do executivo de Ijaci 2)

Tem a questão social que eu vejo é a melhoria na qualidade das moradias. Então você vê pessoas que antes não tinham nem banheiro em casa, hoje tem banheiro em casa, tem uma estrutura, tem asfalto, tem iluminação, tem rede de esgoto. Então isso, eu acho que um empreendimento desse tipo traz esse tipo de benefício pros moradores. (Representante do CAHEF 1)

Na comunidade do Funil observa-se que a questão das casas é ainda mais significativa, pois muitas pessoas não tinham habitação, trabalhavam e moravam nas propriedades dos grandes fazendeiros como sitiantes, meeiros ou agregados, não acessando os serviços de habitação que são assegurados pela Constituição Federal de 1988.

[...] Às vezes eu dormia na varanda de um rancho, vinha chuva, sabe? Aquela chuva caía pra um lado eu puxava o colchãozinho pra um lado, pro outro, aquela dificuldade... (Atingido da Ponte do Funil 1)

Considerando a realidade das comunidades analisadas e a discussão feita no referencial teórico, nota-se que as comunidades antes de serem atingidas pela UHE Funil se encontravam marginalizadas do acesso de alguns direitos sociais básicos que estão assegurados na Constituição Federal de 1988.

Os relatos evidenciam que o Estado não seguia o padrão de proteção social que deve ser assegurado a todos os cidadãos, deixando de garantir a manutenção de emprego e renda a essas pessoas, além de não proporcionar meios para que pudessem ter acesso à saúde e educação de qualidade. Fica evidente que as comunidades sofriam com más condições de vida diante da infraestrutura social precária existente nas comunidades.

4.3 Mudanças ocorridas no acesso às políticas sociais após a construção

Esta seção busca abordar todas as mudanças ocorridas nas comunidades atingidas, buscando elencar a transformação no acesso aos serviços após a implantação da UHE Funil.

Julga-se interessante iniciar com as obras de infraestrutura construídas nas comunidades, fator que possibilitou o acesso a maioria dos serviços sociais.

Todas as construções de infraestrutura foram realizadas pelo consórcio empreendedor, porém, em contrapartida, o Estado entrou com a sua responsabilidade de manutenção das obras e com iniciativas para que pudessem entrar em funcionamento.

A principal obra destacada pelos moradores foi a construção da ponte que liga Macaia ao município de Ijaci, atendendo uma demanda, principalmente, da comunidade de Macaia durante o processo de negociação da relocação.

É importante ressaltar que a construção da ponte foi uma obra realizada pelo consórcio empreendedor com parcerias com o governo federal, sendo construída através da demanda e luta da comunidade de Macaia, onde a associação de moradores exigiu a construção como um pré-requisito para que assim pudessem dar continuidade nas negociações.

A ponte foi outra briga porque quando reunido com a comunidade do Macaia o Consórcio queria colocar uma balsa, aí a própria comunidade falou que não, aí eu bati

do lado deles porque o quê que ia acontecer com essa rodovia, vinha do nada pro lugar nenhum, você ia desembocar dentro d'água, com a balsa como é que ia passar carreta pesada, essa coisera toda. **Com a briga do Consórcio entrou o estado, porque essa ponte era ligação asfáltica e era ligação de município, transposição do rio que na época era o rio Grande** mas ia virar represa, aí nós fomos até Belo Horizonte conversar com secretario de obras do estado e ficou determinado que seria uma ponte estreita de passagem para um só veículo, surgiu-se o problema de ser uma ponte de uma via só, de passagem de um único veículo iria dar problema porque já sabia do volume da demanda da Camargo Correa, então o estado não aceitou, falou que tinha que ser pista dupla, aí vamos fazer o estudo novamente, fizeram e enquanto tava lá em baixo fazendo a barragem veio outra firma fazendo a ponte, então viraram quatro obras em um trecho pequenininho que tinha emprego pra Deus e todo mundo, e assim foi feito já com a gerência do estado em construção desta ponte e com exigência de ser uma ponte dupla, de mão dupla, **mas quem bancou isso aí foi o Consórcio, aí falamos pro pessoal de Macaia que com a força deles ia sair a ponte de acordo porque uma balsa ali gente não ia ter jeito.** (Representante do executivo de Bom Sucesso 2) (grifo nosso)

A ponte também facilitou a vida dos moradores de Pedra Negra, que antes tinham que atravessar o rio de balsa, como foi destacado na seção anterior. De tal modo, os entrevistados entendem que a construção da ponte trouxe desenvolvimento para a região, visto que, hoje, os moradores tem a oportunidade de trabalhar e estudar nas cidades mais próximas, além de ter facilitado o acesso a serviços de saúde e aos postos de trabalho nas cidades vizinhas.

A ponte é o cordão umbilical de tudo, porque a ponte dá acesso livre a população de Macaia sair pra Ijaci, Lavras, com mais facilidade né?! (Atingido de Macaia 9)

[...] a única coisa que conseguia trazer uma melhora aqui era a ponte, né? Porque antes você atravessava de balsa era uma dificuldade pra chegar, pra sair. Mesmo hoje com a represa seria uma coisa difícil, seria caro o custo pra sair daqui. E hoje com a ponte nós temos um bom movimento aos finais de semana, isso traz o

turismo, né? (Membro de entidade representativa de Macaia 1)

O único ponto positivo que surgiu pra nós aqui foi a construção da ponte, esse foi o ponto positivo, porque antes a gente tinha que atravessar na balsa, tinha que atravessar muitas vezes de canoa quando o rio tava muito cheio, ou então tinha que atravessar na ponte do trem, e agora não, esse foi o ponto positivo, que foi a construção da ponte que nos beneficiou. (Atingido de Macaia 3)

[...] teve a conquista dessa ponte que não existia no projeto da construção da hidrelétrica, foi um fato em que o empenho da comunidade ajudou a trazer também a solução pra esta ponte. [...] foi uma reivindicação partindo da associação criada aqui em Macaia dos atingidos pela represa, envolvendo-se com o prefeito municipal da época, e que daí veio esta conquista. [...] Melhorou o acesso pra Bom Sucesso que antes não tinha essa ligação, facilitou para os alunos de Bom Sucesso que estudam em Lavras que antes era muito difícil pra deslocar até lá, tinha que dar a volta, agora depois da represa com a ponte facilitou muito né. A represa deixa as portas abertas para o progresso né, para melhorar. (Representante do legislativo de Bom Sucesso 1)

[...] a vida era muito difícil, as coisas eram muito difícil lá, então trouxe muitos benefícios até na parte que eu tô falando de infraestrutura, o bairro que a gente mora eu acho praticamente um dos melhores que tem aqui, um dos mais bonitos, mais organizado, e tem a parte da educação, que tem a prefeitura perto, tem o vereador pra você cobrar, então eu acho que isso aí é um benefício muito grande, ter uma escola pro seu filho estudar, porque tinha muita gente lá que veio terminar os estudos aqui porque lá tinha até a quarta série e o pessoal tinha que trabalhar, aí largava os estudos até na metade e ia trabalhar, então aqui tem a escola a noite, o pessoal pode frequentar, tem muitos também que já trabalham, adaptaram bem nas empresas, já trabalham tipo na Camargo Correa, então eu acho que benefícios. (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 3)

Em relação à deficiência do transporte público identificado na seção anterior, menciona-se que esse foi totalmente reestruturado, principalmente através da construção da ponte que beneficia Macaia e Pedra Negra e

também pela manutenção efetiva de estradas com obras de asfaltamento que aumentou o tráfego de ônibus em todas as três comunidades. Esse aumento foi possibilitado por intervenção do consórcio empreendedor principalmente pela construção da ponte e pelas melhorias nas estradas, mudanças que também facilitam o acesso aos demais serviços.

Ah eu acho que melhorou bastante, porque antes tudo era muito difícil, até transporte, antes tinha que atravessar de balsa, hoje praticamente você pega uma condução na sua porta e tem os pontos de ônibus, tudo mais fácil né, até pros idosos. (Atingido de Macaia 7)

Aqui antes não tinha asfalto, era tudo estrada de terra, e estrada de terra imagina só o poeirão que era. Hoje facilitou muito, melhorou bastante. Que mais? Mas, num contexto geral aqui melhorou muito. (Atingido de Macaia 1)

[...] porque antes as estradas nossas lá eram muito ruim, aumento o movimento, a circulação de carro lá, então agora tá muito melhor. (Atingido da Ponte do Funil 2)

[...] 100% de melhor em todos os aspectos, saúde, alimentação, emprego, serviço, qualidade de vida, educação, **transporte**, e tudo em qualidade de vida melhorou. Isso no meu ponto de vista... (Representante do CAHEF 4)

O transporte viabilizado refletiu diretamente no acesso aos postos de trabalho que muitos moradores não tinham antes da construção, possibilitando que os moradores de Macaia possam trabalhar na cidade de Ijaci e Lavras, maximizando as oportunidades de trabalho em empresas como a Camargo Correa e também muitas mulheres passaram a trabalhar como domésticas em cidades vizinhas.

[...] então aqui tem a escola a noite, o pessoal pode frequentar, tem muitos também que já trabalham, adaptaram bem nas empresas, já trabalham tipo na Camargo Correa, então eu acho que benefícios. (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 3)

[...] a comunidade cresceu, os pequenos tão estudando, tão procurando escola, serviço, trabalha dentro da cidade mesmo, tem a Camargo Corrêa aqui, tem muitas

firmas. Então foi bom, bom, bom, muito bom mesmo.
(Atingido de Pedra Negra 7)

[...] Também alguns outros cursos que possibilitaram a esse pessoal, essa juventude é direcionar pra trabalhos em Lavras, direcionar pra trabalhos na Camargo Correia né, então isso aí tudo facilitou pra eles um pouco.
(Membro de entidade representativa de Pedra Negra 1)

Além disso, o consórcio mesmo após doze anos da construção da usina até hoje disponibiliza vale transporte aos moradores de Pedra Negra para irem trabalhar na região da antiga comunidade, possibilitando às pessoas a manutenção de vários empregos.

[...] os trabalhadores rurais continuam trabalhando na Pedra Negra antiga, o consórcio fornece vale transporte pra todos os trabalhadores da Pedra Negra que continuam trabalhando onde eles trabalhavam antes, sem custo nenhum pra eles, e isso aí vai durar enquanto eles forem vivos justamente pra manter o vínculo de trabalho que eles tinham lá, porque não é fácil sair de lá e vim pegar trabalho aqui né, então nós acertamos com a empresa de ônibus e o consórcio compra todo mês os passes aí e fornece pra eles. (Representante do CAHEF 2)

Porque o patrão não tinha como levar tudo [referindo-se aos trabalhadores], né? Não tinha condição porque na época ele não tinha uma condução pra levar a gente. Aí depois o consórcio nos propôs dele dar o passe, um vale transporte. (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 4)

[...] o dia que eu tenho que trabalhar eu vou pra lá, o consórcio continua dando passe até hoje, o ônibus leva lá pra outra Pedra Negra, deixa lá, busca a tarde sabe, então uns trabalha pra lá. (Atingido de Pedra Negra 4)

Então, a questão de, de emprego, é... a gente teve algumas situações, principalmente com relação a Pedra Negra. Pedra Negra a gente teve exatamente por essa alteração de local. Os moradores mudaram pra Ijací, mas continuaram trabalhando nas fazendas lá na Pedra Negra antiga, lá em Macaia. Então a gente até hoje disponibiliza vale transporte pra eles trabalharem nessas fazendas, na panha de café principalmente, que é quando a gente tem um volume maior e ao longo do ano

também. Então a gente tem esse plano de assistência com eles. (Representante do CAHEF 1)

Entretanto, para os moradores da Ponte do Funil os relatos são negativos, visto que as oportunidades de emprego diminuíram após o alagamento da ponte do Funil que ligava a cidade de Lavras à Perdões, pois a região do Funil por ser uma área de passagem tinha um forte comércio local que atendia as pequenas regiões rurais de Lavras e Perdões no entorno da ponte. Depois da relocação, os empregos nas fazendas de Perdões para a comunidade do Funil quase não existem, considerando a grande volta que os trabalhadores têm que dar para chegar do outro lado.

Pessoas mais velhas que sempre viveram ali, aí passa morar na comunidade, trabalhavam né e o acesso ficou difícil pra atravessar a barragem, porque antes tinha a ponte se fosse pro município pra trabalhar era só atravessar. Limitaram o trabalho deles, eles tinham que andar muito pra poder trabalhar ou os patrões tinham que vir buscar. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 6)

Tinha pessoas que eram vizinhos e hoje ficou separado pelo lago. [...] Outra questão também é o acesso. Se a comunidade fosse uma área de passagem, a história era outra. Mas é uma área restrita, a pessoa chega só ali e ele tem que voltar pra trás. Coisa que a nossa comunidade antiga não era assim, era área de passagem ligava o município. Então essas coisas tudo atrapalha. (Atingido da Ponte do Funil 9)

[...] a maioria aqui é sitiante e quando morava do outro lado tinha como escape a Fazenda do O... a Fazenda do A... que oferecia emprego, aí eles tiraram a ponte e o pessoal pra sair aqui e chegar lá vai gastar um dia inteiro. (Atingido da Ponte do Funil 6)

[...] um problema grande porque totalmente a ponte do funil era um ponto turista... (Atingido da Ponte do Funil 3)

Os serviços de educação também passaram por grandes mudanças, principalmente na Ponte do Funil, onde construíram uma escola estruturada

com condições de ensino básico na nova comunidade, evitando que todos os alunos tenham que se deslocar para cidades vizinhas.

Na comunidade de Macaia já havia uma escola que passou por reformas, construindo uma quadra e melhorando as condições de estrutura, porém continua com o ensino limitado até a 4ª série que depois de concluída os estudantes vão para o município de Bom Sucesso finalizar os estudos, fato que passou a ser facilitado devido à melhoria no transporte público. Nesse caso, a prefeitura fornece um ônibus que leva e busca os alunos diariamente na comunidade.

Em Pedra Negra, como a comunidade foi realocada para o município de Ijaci que já possuía escola pública na época, o consórcio ajudou financiando obras que estavam inacabadas, melhorando a sua estrutura como um todo.

[...] a única contribuição que eles dão hoje é a parte educativa, no caso as crianças tem escola do lado da casa, não tem mais aquela divisão que tinha antes, como crianças que moravam em Lavras e estudavam em Perdões. (Atingido da Ponte do Funil 6)

[...] 100% de melhor em todos os aspectos, saúde, alimentação, emprego, serviço, qualidade de vida, educação, transporte, e tudo em qualidade de vida melhorou. Isso no meu ponto de vista... (Representante do CAHEF 4)

Nossa vinda pra cá foi boa porque nós participamos melhor de medicina, de médico, farmácia também ficou mais favorecido do que lá, e hoje se a gente adoecer tem o posto aqui e tá mais perto de Lavras, ficou mais fácil, pra nós nessa parte favoreceu. [...] Educação melhorou bem porque aquelas pessoas que participa de estudo aqui favoreceu porque tem mais grau de estudo, lá não tinha, tinha que sair pra ir em Bom Sucesso estudar, e aqui eles tão tudo em casa aí, favoreceu nessa parte pra eles. (Atingido de Pedra Negra 6)

Educação melhorou bem porque aquelas pessoas que participa de estudo aqui favoreceu porque tem mais grau de estudo, lá não tinha, tinha que sair pra ir em Bom Sucesso estudar, e aqui eles tão tudo em casa aí, favoreceu nessa parte pra eles. (Atingido de Pedra Negra 6)

Tá, então assim essa mudança, a questão que eu tô falando da moradia, o acesso a saúde, o acesso a educação não pra todos mais teve um melhor acesso. (Representante do CAHEF 3)

É importante destacar que o consórcio empreendedor realizou a construção da escola na Ponte do Funil, financiando o acesso aos materiais necessários e fez melhorias nas escolas já existentes. Porém, o Estado foi quem adotou as medidas para que tais infraestruturas entrassem em funcionamento, contratando professores e funcionários para as escolas, assumindo o papel de responsável por gerir tais serviços.

Em relação aos serviços de saúde, os entrevistados relatam que houve melhorias significativas em seu acesso nas três comunidades atingidas. Na comunidade da Ponte do Funil, foi construído um posto de saúde que não existia antes, com atendimento médico periodicamente. Já em Pedra Negra, os atingidos utilizam os serviços que já existiam na cidade de Ijaci, mas também existe um pequeno posto médico que oferece atendimento dentro da comunidade. Em Macaia também já existia um posto de saúde que passou por melhorias e tem atendimento médico diariamente. Ambas as comunidades passaram a ter acesso à oferta de medicamentos e a serviços de emergência que era muito dificultado antes da construção da Usina.

Mas assim aqui a gente passou por muitas melhorias né, igual aqui tem coleta de lixo né, temos médicos que é o posto de saúde mais fácil, mais fácil ir pro trabalho, porque a maioria trabalha em Lavras. Fica bem mais fácil... (Atingido de Pedra Negra 3)

[...] com toda a dificuldade que tinha de saúde, de acesso, de tudo, mais era lá que eles viviam, e sentiram bem essa questão emocional, sentiram muito. (Representante do CAHEF 1)

[...] formou uma comunidade, né? E isso traz toda uma estrutura que não existia, estrutura física que não existia, estrutura em energia com uma qualidade melhor, uma água com uma qualidade melhor, você traz escolas mais próximas, creche, posto de saúde, tudo ali ficou mais próximo pra eles, o transporte, o apoio que antes às vezes não existia de uma forma mais conjunta, hoje eles

têm. Então isso é qualidade social, de vida. (Representante do CAHEF 4)

[...] 100% de melhor em todos os aspectos, saúde, alimentação, emprego, serviço, qualidade de vida, educação, transporte, e tudo em qualidade de vida melhorou. Isso no meu ponto de vista... (Representante do CAHEF 4)

[...] sabiam o quanto sofriam lá em Pedra Negra, não ter um posto de saúde, adoecia tinha que pagar um carro pra levar pra uma cidade mais perto, não tinha uma farmácia, não tinha onde comprar um medicamento, e agora lá eles tem tudo pertinho ali, hoje médico lá atende dentro do bairro, e as pessoas ainda ficam naquele sentimento de saudade das suas casas, tem muita saudade da Pedra Negra velha, que lá era muito bom, eu não sei porque, eu não entendo porque eles falam isso. (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 2)

Bom, eu não sei, a opinião é minha, os outros eu não sei né, porque tipo aqui tem o posto de saúde, tem o remédio que eles fornecem, tem as moças que visitam as casas, então vai tudo bem, é mais fácil condução pra ir a Lavras, é tudo mais facilitado porque lá era muito difícil, aquele monte de barro, andava muito pra chegar lá, na minha opinião melhorou, inclusive pro meu pessoal melhorou. (Atingido de Pedra Negra 4)

[...] você tem os remédios tudo que você precisa que o médico receita, vai no posto pega de graça todo mês, tem as agente de saúde que passa nas casas olhando, quase todo dia passa, entendeu? Pra mim não foi ruim coisa não. (Atingido de Pedra Negra 4)

Assim como na construção e manutenção das escolas, os postos de saúde também foram construídos pelo consórcio empreendedor e o Estado foi quem possibilitou seu funcionamento, cedendo médicos e funcionários para trabalhar nos locais, passando a ser o responsável pela prestação de tais serviços.

Outro fator apontado que passou por grandes melhorias foi o acesso à habitação. A maioria das casas possui uma qualidade melhor, foram construídas com telhas e tijolos, com esgoto encanado, energia elétrica e toda a estrutura mínima para uma moradia de qualidade.

Mas Macaia também recebeu água tratada que não tinha, pavimentação, as casas que estavam em baixo e que levaram pra cima foram boas casas, o pessoal com terreno muito bom, foram e aumentaram as residências... (Representante do executivo de Ijaci 1)

O que eles (CAHEF) contribuíram foi a melhoria, casas melhores, tudo mais. Você vê que, vamos supor, quem pensava em morar numa casa que não tivesse condições, hoje mora com um conforto melhor, entendeu? Tem mais conforto em sentido de casa [...]. Então assim, eu vou morar numa casa nova, isso é um sonho, entendeu? [...]. Então isso aí preencheu muitos requisitos de muitas pessoas, entendeu? (Atingido de Pedra Negra 7)

Só de vocês dar uma ida em cada uma das comunidades vocês vão ver a infraestrutura, tudo diferente, tudo mais ampla, as casas são melhores, tem algumas casas pequenas tem, mas a maioria é tudo casa grande. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 1)

Veja bem, antigamente o pessoal não tinha; eram casas de estrutura mais simples, mais rudimentares, sem nenhuma condição sanitária, né? E hoje tá um conforto maior. “Ah, mas vem cá, quem somos nós pra falarmos o que; de repente ele era mais confortável antigamente lá na casinha dele de pau apique, né?” (Representante do CAHEF 4)

Então a gente construiu casas, fez toda estrutura dessas comunidades, asfalto, água potável, esgoto, igreja seja ela católica ou de qualquer outra religião, campo de futebol. Então toda estrutura pra se formar uma comunidade, pra que ela viva em comunidade, isso foi fornecido. Escolas, né? (Representante do CAHEF 1)

[...] todo mundo mora numa casa de alvenaria, com laje, no mínimo um forro deve ter a casa, urbanizado mesmo o bairro né, independente dos defeitos da casa ... (Atingido de Pedra Negra 9)

Após a barragem, melhorou a infraestrutura, antes não tinha postes, iluminação; ponto de ônibus era longe, aumentou trabalho. Alguns moradores tem consciência, porém os mais antigos não, eles não gostam. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 4)

[...] formou uma comunidade, né? E isso traz toda uma estrutura que não existia, estrutura física que não existia,

estrutura em energia com uma qualidade melhor, uma água com uma qualidade melhor, você traz escolas mais próximas, creche, posto de saúde, tudo ali ficou mais próximo pra eles, o transporte, o apoio que antes às vezes não existia de uma forma mais conjunta, hoje eles têm. Então isso é qualidade social, de vida. (Representante do CAHEF 4)

Além das melhorias, em ambas as comunidades, mas em maior número na comunidade do Funil, os moradores foram abrangidos pelos chamados “casos sociais” – pessoas que não possuíam moradia, mas trabalhavam e moravam nas propriedades dos grandes fazendeiros como sítiantes, meeiros ou agregados foram incluídas nas negociações e ganharam uma casa, possibilitando a casa própria para muitos moradores.

[...] todo mundo, que de uma forma ou de outra ficava ali na ponte, que vivia ali, que pescava ali, dormia onde dormisse, foi atendido, foi chamado os casos sociais aí, eles ficaram bem, cada um tem a sua casinha. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 7)

Às vezes eu dormia na varanda de um rancho, vinha chuva, sabe? Aquela chuva caía pra um lado eu puxava o colchãozinho pra um lado, pro outro, aquela dificuldade. Quando eu entrei dentro da minha casa eu disse: “- graças a Deus eu tô dentro da minha casa, né? Sei que aqui eu não vou tomar chuva”. Pra mim foi ótimo. (Atingido da Ponte do Funil 1)

[...] a assistente social foi lá em baixo e constatou que a casa era incompatível pelo tanto de filho que eu tinha, aí eles falaram que iam fazer outra casa pra mim que é essa, essa aqui tem quatro quartos, sala cozinha, a cozinha é pequena, mas, estamos planejando em aumentar e muitos pra mim tá ótimo a casa, pra quem nunca teve e nunca pensou em ter a própria casa, pra mim tá ótimo. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 3).

Observa-se nos relatos dos entrevistados que a implantação da UHE Funil possibilitou o acesso da maioria dos atingidos a determinadas políticas sociais que só foram possíveis de fato depois do processo de relocação.

As comunidades passaram a ter melhores condições de infraestrutura através da construção e manutenção de escolas e postos de saúde que antes

se encontravam em más condições ou nem existiam nos locais; da construção de casas com condições dignas de moradia; de transporte de qualidade e acesso facilitado a postos de trabalho.

Esse acesso trata-se de um fator importante e considerado como positivo para a grande maioria dos entrevistados, entretanto, cabe ressaltar, que tais ações relativas à construção da infraestrutura foram desenvolvidas de forma individual pelo consórcio empreendedor, e são vistas como medidas compensatórias e previstas nos estudos e relatórios de impactos com o objetivo de mitigar os danos causados aos atingidos, de tal forma que os atingidos atribuem essa mudança no acesso a tais serviços como um ponto positivo pela vinda da barragem, contribuindo também para um contentamento e não resistência dos atingidos ao empreendimento, reconhecendo as atividades do consórcio positivamente.

A partir da análise dos resultados pode-se perceber que se tratando do caso específico da UHE- Funil, o empreendimento adotou o conceito de atingidos voltado para as concepções territorial-patrimonialista, onde é considerado atingido o dono da terra alagada e pela concepção hídrica, já que se considerou também como detentor do direito de indenização além do proprietário, o posseiro, o meeiro, etc (VAINER, 2008).

Considerando que são desconhecidas as negociações realizadas entre o poder público e o grupo empreendedor na época da construção do empreendimento, não sendo possível o acesso a documentos que regulam a responsabilidade de cada ator quanto às medidas mitigatórias voltadas para a construção de infraestrutura nas comunidades, percebe-se que toda construção dessa infraestrutura foi realizada pelo consórcio empreendedor, porém, depois de realizar as obras o Estado assumiu a sua responsabilidade de promover o acesso às políticas sociais através de ações para o funcionamento de tais estruturas propiciadas pelo Estado.

Vale um questionamento a respeito dessa questão, pois se o consórcio empreendedor não tivesse possibilitado a construção de toda a

infraestrutura o Estado teria realizado ações efetivas para as comunidades pudessem ter acesso a tais serviços?

4.4 O acesso às políticas sociais e desenvolvimento das comunidades

É possível perceber, por meio dos relatos dos entrevistados, a precariedade no acesso aos serviços sociais que os moradores das comunidades de Pedra Negra, Ponte do Funil e Macaia tinham antes da construção do empreendimento, caracterizando situações de vulnerabilidade e baixa intervenção do Estado. Após o processo de relocação esse fator passou por diversas melhorias, por meio de ações do consórcio empreendedor, que foram interpretadas pela maioria dos entrevistados como um dos principais “ganhos” advindos da construção, passando a ter acesso a direitos sociais que só foi possível depois do empreendimento.

Abordando a visão de desenvolvimento local e sustentável, voltado para o bem estar da sociedade civil, considera-se que o acesso às políticas sociais é fator primordial para o desenvolvimento local. Demonstrando essa perspectiva, Rotta e Reis (2007), acreditam que para haver sustentabilidade é preciso se ater para as necessidades e bem estar humano, incorporando visões que vão além do aspecto econômico, voltada para educação, saúde, saneamento, habitação, água, ar puro e a proteção das belezas naturais. “É preciso mudar a qualidade do crescimento, fundando-o em aspectos mais sólidos de distribuição de renda e de superação das vulnerabilidades sociais”.

Alinhada a essa compreensão, para Rotta et al (2006), as políticas sociais podem converter-se em mecanismos impulsionadores de processos de desenvolvimento na medida em que potencializam os arranjos produtivos locais pela habilidade produtiva das pessoas, pelo aumento das oportunidades de negócios, investimentos e espaços de trabalho, pela ampliação das capacidades criativas dos agentes, pela melhoria das

condições de vida da população e pela criação de um ambiente favorável de crescimento econômico voltado para a equidade social.

Considerando essa visão, é possível responder ao último objetivo de investigação dessa pesquisa, identificando que o acesso aos serviços sociais contribuiu para o desenvolvimento dessas comunidades, visto que os moradores destacam que as diversas melhorias conquistadas após o empreendimento possibilitou uma vida digna e confortável para a população, fator primordial para o bem estar social das pessoas.

Em que pese o acesso aos serviços sociais ser um fator positivo e propulsor de desenvolvimento, observa-se que devido ao fato do consórcio empreendedor ter realizado diversas melhorias estruturais que possibilitou esse acesso nas comunidades, acabaram deixando de promover outras ações mitigadoras voltadas para minimizar as perdas sociais, ambientais e econômicas que os atingidos sofreram após a implantação.

Tivemos que abrir mão de outras coisas. Então foi tipo uma chantagem, hoje em dia é assim, tudo que você vai falar eles falam que agente pediu a ponte, outro dia ainda falei, porque meu marido trabalha lá na Usina do Funil, outro dia veio um cara buscar e trazer ele pra fazer um exame médico aí eu perguntei ele cadê o forno que vocês iam fazer pra nós, ajudar nós a montar uma cooperativa das quitandeiras, aí ele falou “ ah, mais vocês pediram a ponte né”, aí eu falei “ ah, então nós vamos cobrar pedágio de lá e de cá pra poder montar alguma coisa, porque tudo que vai falar com vocês, agente abriu a mão de tudo por causa da ponte e a ponte serve pra todo mundo não é verdade?” (Atingido de Macaia 3)

Lutou, inclusive abriram mão de algumas coisas pra ter essa ponte, eu acho que a ponte ia vim de qualquer maneira, aí quê que eles fizeram, eles forçaram porque tiveram uma comissão pra tratar desses assuntos, então eles abriram mão de algumas coisas que foram tratadas na reunião, pra poder fazer essa ponte, coisa que não podia abrir mão de nada, se fosse fazer alguma benfeitoria teria que ser feita a benfeitoria e a ponte, que precisaria dela de qualquer maneira. (Atingida de Macaia 10)

Macaia pagou muito caro pra região pela ponte, pra ter até a Camargo Correia levam vantagens, porque os caminhões que davam a volta quase 80 km pra chegar, passando aqui por Santo Antônio do Bom Sucesso, é um atalho e Macaia pagou um preço sozinho! Abriu mão de muita coisa, ia ter clube, ia ter creche, ia ter várias coisas pra trazer e eles abriram mão de um punhado de coisa e pra ter a ponte que não favorecia só Macaia, favorecia a região toda! (Atingido de Macaia 8)

Esse fator é observado por Meira (2012) que conclui que a RSE caracteriza-se, muitas vezes, mais como estratégia de negócios do que pela preocupação social genuína, a não ser que inclua um cenário mais abrangente em que Estado, Sociedade Civil e Mercado atuem concomitantemente na busca de um modelo de sociedade em que a articulação política dos sujeitos sociais seja o objetivo e direção, e não o método a ser descartado pela atuação de qualquer segmento de fundamento paternalista.

Isso porque o autor entende que as políticas públicas de inserção social, de resgate da cidadania e da obtenção de direitos, só serão traçadas como tais com a atuação efetiva do Estado e da luta permanente dos sujeitos sociais em benefício das necessidades coletivas e emancipatórias, com a participação de todos os atores sociais. Não é possível julgá-las assim a partir da atuação pontual de entidades privadas, ou de entidades produtivas, cujos interesses geralmente tendem a fortalecer a ideia das políticas públicas como medidas paliativas ou compensatórias, em nenhum momento como fomentador da igualdade e justiça social (MEIRA, 2012).

Um importante fator que também se observa nas entrevistas é que o acesso a essas políticas sociais propiciadas pelas obras de infraestruturas realizadas pelos empreendedores causou uma não identificação de quem é o responsável por elas, fazendo com que algumas pessoas acreditem que o próprio consórcio é o responsável pela manutenção de algumas obras de infraestrutura (como estradas, escolas, creches, estação de tratamento de esgoto,) ou até mesmo o responsável para prestar alguns serviços sociais (como coleta de lixo, limpeza da praça, iluminação pública). Esse é um fator

que pode prejudicar o desenvolvimento das comunidades, pois as pessoas não sabem de quem cobrar a prestação de tais serviços, e atribuem essa responsabilidade muitas vezes ao consórcio.

Destacam também que em alguns casos os próprios representantes do poder executivo e legislativo das comunidades atingidas transferem algumas de suas responsabilidades para o CAHEF.

Então, mas mesmo assim eles tem uma coisinha, ah uma questão de estrutura, minha casa tá caindo, minha telha, ah vou lá consórcio; ah o asfalto tá assim, assim, vou lá no consórcio. Então assim, **eles não tem essa percepção de que eles tem que ir a prefeitura entendeu?!** Então eles têm essa coisa assim: “ah o consórcio me tirou da minha casa, me ‘pois’ aqui, então ele tem obrigação de me dar algum tipo de assistência”. Na verdade não é bem assim, porque a estrutura toda da comunidade já foi repassada pra prefeitura, e a prefeitura assume essas melhorias e manutenção desse patrimônio, né? Que agora é do município. (Representante do CAHEF 1) (grifo nosso)

[...] todo empreendimento as comunidades acham assim, que a gente tem que mantê-los o resto da vida. Não é bem por aí não, né? [...] eles tem que correr atrás de resolver seus problemas sem o consórcio, mas também não deixar que certos tipos de problema seja um agravante pra eles, né? Então todo esse cuidado também, por parte do consórcio. Mas que com certeza é cortar o cordão umbilical, né? E eles ainda, alguns ainda trazem alguma demanda e a gente pega e orienta, fala: “não isso aqui é com a prefeitura, você vai ter que procurar a prefeitura, né? A prefeitura que vai cuidar disso. O consórcio não tem que te dar isso, isso não faz parte da obrigatoriedade do consórcio fazer isso pra você. “Ah, mas não tem um jeitinho? (Representante do CAHEF 4)

[...] na comunidade da nova Pedra Negra eles teve mais oportunidade do que nós aqui no Macaia, pra mim eles (CAHEF) dão mais assistência pro pessoal de Pedra Negra do que aqui de Macaia. (Atingido de Macaia 12)

[...] querem mais creches né? Que poderia ter sido uma coisa do consórcio, uma creche né? (Representante do executivo de Bom Sucesso 1)

[...] você vê que melhorou as estradas, porque antes as estradas nossas lá eram muito ruim, aumento o movimento, a circulação de carro lá, então agora tá muito melhor. Pois é, a questão das estradas é o consórcio que tá assumindo ali, que é da prefeitura né, que dá acesso a comunidade do Funil e as comunidades lá, mais a gente vê que o consórcio é que tá pagando máquinas particulares lá pra melhorar a estrada. (Atingido da Ponte do Funil 2)

Pra eles, tudo é o consorcio. Porque realmente na cabeça deles quem realmente mudou a vida foi o consorcio. Eu falei: “gente já se passaram 10 anos, legalmente o consórcio não tem mais nada com a gente”. Se você for brigar na justiça, já prescreveu tudo. (Atingido da Ponte do Funil 9)

Olha, o quê que eu posso dizer pra você... as estradas depois que foram feitas as estradas, o Consórcio é que fez as estradas pra gente, pra chegar nas novas propriedade, e depois disso eles passaram essas estradas para a prefeitura municipal, ou seja, agora por exemplo, eu tava precisando de uma estrada pra que eu tirasse o meu motor de irrigação, eu fui atrás do consórcio, aí o consórcio disse que não tem nada a ver com isso mais, aí eu fui atrás da prefeitura, nem tchum pra mim ainda, espero que me dê uma resposta, então é umas coisa que acontece que eu não tô sabendo pra onde que eu vô ainda. (Atingido da Ponte do Funil 5)

Considerando que o Estado tem como responsabilidade articular um conjunto de políticas e instituições que garantam o bem-estar social dos indivíduos e grupos dentro da sociedade, observa-se que no caso das comunidades atingidas estudadas o Estado não tem sido o único ator promotor dessas políticas. Antes mesmo da construção da UHE Funil, o Estado já era omissor em algumas questões sociais nessas comunidades, como por exemplo, saúde. Após a implantação do empreendimento observa-se que há uma transferência de responsabilidades do Estado para o consórcio empreendedor em relação ao acesso de políticas sociais, cobrada tanto pelos atingidos como também por representantes do poder executivo e legislativo dos municípios.

Reconhecendo que a oferta de serviços sociais é constitucionalmente responsabilidade do Estado, esta não pode ser compreendida como o único

eixo a integrar as medidas mitigatórias do empreendimento hidrelétrico, já que se trata de uma responsabilidade do poder público.

Portanto, essas ações ainda adotadas pelo consórcio empreendedor como manutenção das estradas que dão acesso as comunidades, distribuição de cestas básicas, pagamento de vale transporte para os trabalhadores da antiga Pedra Negra, caracterizam, segundo Meira (2012), em estratégias de responsabilidade social empresarial, cujo foco está na estratégia de negócios e não na preocupação social com esses atingidos. Acredita-se, portanto que a melhoria no acesso às políticas sociais pelas três comunidades como resultado da ação de negociação com o objetivo de minimizar os danos causados aos atingidos pelo empreendimento hidrelétrico, de modo que estes se contentem com o acesso a tais políticas sociais, atrelando isso com a vinda da barragem e conseqüentemente legitimando as atividades do consórcio empreendedor e inibindo qualquer resistência ao empreendimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da Usina Hidrelétrica do Funil (UHE Funil) promoveu grandes mudanças no desenvolvimento das comunidades atingidas. Considerando tais mudanças, esse trabalho buscou identificar se houve modificação no acesso aos serviços sociais dessas comunidades, realizando uma comparação de como era o acesso antes da construção e como ficou depois, a partir da avaliação dos entrevistados.

No ponto de vista dos entrevistados, as obras estruturais e o acesso às políticas sociais se deram depois da construção do empreendimento e é vista de maneira totalmente positiva, citada pela maioria dos atingidos como um dos principais benefícios que a usina trouxe para a região. Deixando claro que as comunidades antes de serem atingidas eram marginalizadas do acesso a direitos sociais básicos ou os serviços eram prestados de forma precária, como acontecia com o funcionamento das escolas na antiga região do Funil e na comunidade de Pedra Negra.

Depois da construção do empreendimento foram construídas obras estruturais que deram acesso a serviços sociais de saúde, educação, habitação, transporte público e trabalho. O acesso à saúde se deu através da construção e ampliação de postos médicos e a educação com a implantação e melhorias das escolas. As casas que antes eram totalmente desestruturadas sem as menores condições de conforto e higiene foram substituídas por outras feitas com telhas e tijolos, com esgoto encanado, energia elétrica e toda a estrutura mínima para uma moradia de qualidade. Outro fator citado como primordial foi a construção da ponte que liga a cidade de Macaia a Ijaci, que propiciou o acesso facilitado ao trabalho nas cidades vizinhas e viabilizou as condições de transporte público, também proporcionado pela melhoria nas estradas.

Esse acesso aos serviços sociais possibilitado pela construção da UHE Funil contribuiu para o desenvolvimento das comunidades, visto que foram ações voltadas para o bem estar coletivo. No entanto, constata-se que não promoveu totalmente o desenvolvimento sob a perspectiva local e sustentável, visto que não abrangeu uma interação dialógica envolvendo o poder público, a comunidade, o mercado e o terceiro setor, de forma a atender as demais necessidades da população atingida.

Ademais, observa-se que essas melhorias na infraestrutura realizadas pelo consórcio para melhorar o acesso aos serviços sociais fez com que a empresa atribuísse esse fator como compensador para deixar de promover outras ações que poderiam beneficiar os atingidos de maneira significativa, deixando-os incapazes de cobrar outras ações. Ações voltadas para o apoio em relação aos impactos sociais e ambientais nas comunidades e também responder a algumas demandas que não puderam ser atendidas e são consideradas importantes, como a construção de uma creche comunitária, que facilitaria que as mães pudessem sair para trabalhar.

Isso evidencia a tendência de responsabilidade social das empresas, que na maioria das vezes se encontra mais preocupada com suas negociações do que efetivamente com os impactos e o lado social das comunidades atingidas (MEIRA, 2012).

Por fim, espera-se que o trabalho possa ter contribuído para a discussão acerca do acesso às políticas sociais no contexto da construção de empreendimentos hidrelétricos, visto que diante dos grandes impactos causados na vida desses atores, as medidas compensatórias tem grande importância para reestabelecer os meios e modos de vida das populações.

Vale destacar também que tais ações realizadas pelo grupo empreendedor são limitadas, pois há a necessidade de políticas públicas efetivas que garantam o acesso aos direitos sociais básicos que só podem ser garantidos com ações em longo prazo.

Alguns aspectos mereceriam maior investigação, ficando como sugestão para futuros trabalhos, maior aprofundamento no assunto buscando

incluir atores não envolvidos nessa pesquisa, além da necessidade de realizar um levantamento acerca das negociações realizadas entre o grupo empreendedor e o poder público, visto que esse foi um fator limitante para esta pesquisa pois não foi possível ter acesso a tais documentos, impedindo maior aprofundamento no assunto em relação às responsabilidades que cada ator deveria cumprir para minimizar os danos causados aos atingidos.

Sugere-se também um trabalho que busque apreender a influência que a sociedade civil tem nesse processo de relocação, de modo a possibilitarem a luta por políticas compensatórias efetivas e políticas públicas que minimizem efetivamente os danos causados aos atingidos.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. et al. **Agropecuária sul mineira e agricultura familiar: uma análise interpretativa**. Lavras: UFLA/DAE, 2005. 120 p. (Relatório de Pesquisa).
- ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999. 131 p.
- ALIANÇA. **A nova geração da energia**. Disponível em: <<http://www.aliancaenergia.com.br/usinas/usina-de-funil>> Acesso em: 7 jan. 2017.
- ALVES, J.E. **Sobre a territorialização das políticas sociais**. O exemplo do Programa Rede Social: entre a municipalização e a configuração de um modelo de governança de base local. Portugal. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2121/1/Comunica%C3%A7%C3%A3o_II%20Encontros%20Portalegre_jo%C3%A3o%20em%C3%ADlio.pdf>. Acesso em: 13 out. 2016.
- ARRETCHE, M. T. **Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1995.
- AZEVEDO, R. F. **A questão legal e ambiental das barragens**. In FREITAS, V. P. Direito ambiental em evolução. Curitiba: Juruá, 2002.
- BARROS, L. E. S.; OLIVEIRA. A. S. **Usinas hidrelétricas e programas de remanejamento populacional: de impactos sociais à responsabilidade social**. Disponível em: <http://www.bsaadvocacia.com.br/fmanager/bsa/artigos/arquivo28_1.pdf>. Acesso em: 22 out. 2016.
- BRASIL. **Banco de informações de gerações da ANEEL**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicações/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>>. Acesso em: 22 nov. 2016.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 dez. 2016.
- BRASIL. Decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Decreto/D7342.htm>. Acesso em: 6 de out. 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica.** [S.1]: Estudos Avançados 23, 2009.

CARVALHO, J.M. **Cidadania no Brasil: um longo Caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 231 p.

CEDERSTRÖM, C; MARINETTO, M. **Corporate social responsibility á la the liberal communist.** London: Organization, 2013, v. 20, n. 3, p. 416-432.

BRIGGS, A. **The welfare state in historical perspective.** [s.n.]: Archives Europeenes de Sociologie, 1961, p. 228.

CHEIBUB, Z. B; LOCKE, R. M. **Valores ou interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social das empresas.** In: KIRSCHNER, A. M.; GOMES, E.R; CAPPELLIN, P. Empresa, empresários e globalização. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DANIEL, C. **Quando os dois lados se aproximam:** o discurso oficial sobre a construção do complexo hidrelétrico de Simplício (RG/MG). Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 4.; 2009, Rio de Janeiro: UFF. **Anais eletrônicos ...** Rio de Janeiro: UFF,2009. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT24-38.pdf>>. Acesso em: 20 dez.2016.

DE MARCO, P. S. **Estado, políticas públicas e participação pós Constituição de 1988.** Cadernos ABONG, n. ° 19. out. 1997 .

DERROSSO, G; ICHIKAWA, E. Y. **O Papel da Crabi no assentamento dos ribeirinhos atingidos pela construção da hidrelétrica de Salto Caxias no Salto do Paraná.** Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, v. 47. São Paulo: Cortez, 1988.

DOWBOR, L; POCHMANN, M. **Políticas para o Desenvolvimento Local.** [S.1]: Editora Fundação Perseu Abramo. 1ª edição. 2010.

DRAIBE, S. **A política Social no período FHC e o sistema de proteção social.** São Paulo: USP, 2003.

DRAIBE, S. **As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-84.** In: 21 Anos de Regime Militar – Balanços e Perspectivas. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994,p. 271-306.

FAGNANI, E. **A política social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica.** Campinas: n. 192, 2011. (Texto para discussão). Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3105&tp=a>>. Acesso em: 8 out. 2016.

FAGNANI, E. **Políticas sociais no Brasil (1964-2002): Entre a cidadania e a caridade.** Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2005. Disponível em: <[http://www.neppos.unb.br/publicacoes/Politica%20Social%20no%20Brasil%20\(1964-2002\).pdf](http://www.neppos.unb.br/publicacoes/Politica%20Social%20no%20Brasil%20(1964-2002).pdf)> Acesso em: 25 jan. 2017.

FERREIRA, P.; ALENCAR, E.; PEREIRA, J. R. **Gestão social de políticas públicas:** proposição de um modelo sob a ótica processual. In: PEREIRA, J. E. (Org.) *Gestão Social de políticas públicas.* Lavras: UFLA, 2011. p. 35-92.

FIGUEIREDO, A. M. C. **Princípios de justiça e avaliação de políticas.** São Paulo: Revista Lua Nova, n. 39, p. 73-103, 1997.

FOSCHIERA, A. A. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos:** a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil. 2010. 344 p. Tese de doutorado - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/105035>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

HOFLING, E. M. **Estado e políticas (públicas) sociais.** [S.1]: Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, nov. 2001.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

IANNI, O. **Globalização: novo paradigma das ciências sociais.** [S.1]: Estudos Avançados, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n21/09.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

INSTITUTO ETHOS. **Valores, transparência e governança.** Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/conteudo/gestao-socialmente-responsavel/valores-transparencia-egovernanca/#.VFzV2vnF9lw>>. Acesso em: 22 out. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Boletim de Políticas Sociais,** Brasília, n. 17, 2009.

JUNIOR, A. B. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo.** São Paulo: Fórum Econômico/FGV. Ed. 2012. Disponível em: <<http://cemacro.fgv.br/sites/cemacro.fgv.br/files/Painel%203%20%20Arma>>

ndo%20Boito%20Jr%20%20As%20bases%20políticas%20do%20neodesenvolvimento_0.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2016.

KERSTENETZKY, C.L. **Políticas Sociais sob a perspectiva do estado de bem estar social**: desafios e oportunidades para o “catching up” social brasileiro. Rio de Janeiro: UFF, 2011.

KIRSCHNER, A. M.; GOMES, E.R; CAPPELLIN, P. **Empresa, empresários e globalização**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

LIMA, M. A.; FERREIRA, P. A.; RODRIGUES, J. C. S. **Políticas públicas destinadas às comunidades atingidas por barragens no Brasil**. In: 6 ENAPG, 2014, Belo Horizonte. 6 ENAPG, 2014.

LUCAS, M. R. **Os Sentidos e os Limites da Responsabilidade Social empresarial**: estudo de caso sobre os projetos do instituto Algar. Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 16 de abril de 2007.

MACHADO, A. F. **Políticas públicas no estado do bem-estar social e no neoliberalismo**. Alguns aspectos. [S.1]: Direito em Debate. nº 20, ano XI, jul/dez. 2003.

MATIJASCIC, M. **Política social brasileira: conquistas e desafios**. [S.1]: Instituto de pesquisa econômica aplicada. 2015.

MEIRA, J.C. **Responsabilidade social e empresarial e organizações não governamentais**: o papel social das corporações na construção de políticas públicas. Crítica e Sociedade: revista de cultura política. v. 2, n. 1, 2012.

MELLO, M. M. **Políticas sociais e políticas de bem estar**: algumas considerações. São Paulo: Revista de Gestão integrada em Saúde do trabalho e meio ambiente. v. 2, n. 4, artigo 5, agosto de 2007.

MENEGASSO, M. E. **Responsabilidade Social das Empresas**: um desafio para o serviço social. [S.1]: Revista Katálysis nº 5 julho de 2001.

MIFANO, G. **A crise mundial de confiança nas empresas**: uma questão de Responsabilidade Social. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/conceito_praticas/publicações/Debates/a_cris_e_mundial.ppt>. Acesso em: 22 out. 2016.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Plano Nacional de Energia 2030**. Brasília, nov. de 2007. Disponível em: <www.mme.gov.br/mme/galerias/arquivos/publicacoes/pne_2030/PlanoNacionalDeEnergia2030.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2013.

MOYSÉS FILHO, J. E.; RODRIGUES, A. L.; MORETTI, S. L. A. **Gestão social e ambiental em pequenas e médias empresas: influência e poder dos stakeholders.** Porto Alegre: Revista Eletrônica de Administração, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 204-236, 2011.

NASCIMENTO, S. M.; CASTRO, E. M. R.; CORRÊA, S. A. **As contradições entre os discursos e as práticas do campo político-institucional sobre as questões de energia na Amazônia.** In: ENCONTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3, 2010. **Anais ...** Belém, 2010.

OLIVEIRA, J. A. P. **Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

PASTORINI, A. **A categoria: questão social em debate.** São Paulo: Cortez, 2006.

PIACENTI, C. A. et al. **Apontamentos sobre a economia dos municípios atingidos pelas hidrelétricas de Salto Caxias e Itaipu Binacional.** Revista Paranaense de Desenvolvimento- RPD, Curitiba, v. 104, p. 103-123, 2003.

PIANA, M.C. **As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento.** São Paulo: Editora Unesp, 2009.

PIERSON, P. **The New Politics of the Welfare State.** World Politics, v.48, n.2, p. 143- 179, 1996.

PINHEIRO, JR. **A evolução das políticas sociais no Brasil.** Disponível em: <<http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/seminarios/ecn/ecnmineira/2014/site/arquivos/a-evolucao-das-politicas-sociais-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

RICO, E. M. **A Responsabilidade Social Empresarial e Estado – uma aliança para o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva, 2004.

ROTTA, E. REIS, C. N. **Desenvolvimento e políticas sociais: uma relação necessária.** Porto Alegre: Revista Textos & Contextos. v. 6 n. 2 p. 314-334. jul./dez. 2007.

ROTTA, E; FRAGA. C. K; PREUSS. L. T; AMES. M. A. C. **As políticas sociais como potencializadoras do desenvolvimento local-regional.** Porto Alegre: Revista Virtual Textos & Contextos, nº 5, nov. 2006.

SANTOS, W. Cap. 4. **Do Laissez faire repressivo à cidadania em recesso.** IN: Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

SEMIONATTO, I; PFEIFER, P. **Responsabilidade Social das empresas: a constraface da sociedade civil e da cidadania**. Porto Alegre: Revista Virtual Textos e Contextos, nº 5, novembro de 2006.

SILVA, A. M. **Barragens: controvérsias ambientais, sociais e simbólicas**. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3., 2007. **Anais...** Salvador: [s. n], 2007.

SPANGER, U. **O Desafio na medição do bem estar**: controvérsias e propostas: o caso do IDH. Distrito Federal: IX Encontro Nacional da Ecoeco. Outubro, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Biblioteca Universitária. **Manual de normalização e estrutura de trabalhos acadêmicos**: TCCs, monografias, dissertações e teses. 2 ed. rev., atual. e ampl. Lavras, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br/jspui/handle/1/11017>>. Acesso em 10 jan. 2017.

VAINER, C. B. **Conceito de atingido**: uma revisão do debate. In ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamentos e barragens**. Viçosa: UFV, 2008.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VELTMEYER, H. **Civil Society and Local Development**. INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 9, n. 2, p. 229-243, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v9n2/a10v9n2.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2016.

VIANA, R. M. **Grandes barragens, impactos e reparações**: um estudo de caso sobre a barragem de Itá. Rio de Janeiro: [s.n.], 2003. 191p. Dissertação/Mestrado. Programas De Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.

WEISS, J. S. **Esforços para superar os desafios socioambientais no planejamento de barragens**. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3, 2010. **Anais ...** Belém, 2010.

WORLD COMMISSION ON DAMS. **Dams and development**: a new framework for decision-making. Berkeley, 2000.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. **Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural**: o caso das usinas hidrelétricas. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 10, n. 2, Dez. 2007.

ZARINATO, S. H. **A assistência social no Brasil após a Constituição de 1988.** A descentralização e universalização como princípios. UEM: Maringá.

APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTA

1 Roteiro de entrevista - representantes do Consórcio AHE Funil (CAHEF)

Data da entrevista: ___/___/2014

Início da entrevista: ___:___ horas-- Término da entrevista: ___:___ horas.

I – PERFIL DO ENTREVISTADO

Nome do entrevistado:

Idade:

Escolaridade:

Formação:

Cargo ocupado pelo o entrevistado:

II – QUESTÕES

1. Do seu ponto de vista, quais foram os principais fatores favoráveis ao desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial da comunidade após a construção da UHF?

2. **Para cada um dos fatores citados indagar:** Por que você considera este fator como favorável?

3. **Para cada um dos fatores citados indagar:** Do seu ponto de vista, este fator vem sendo explorado adequadamente nesta região?

a. Sim() 1.1 Como? O que tem sido feito?

b. Não() 2.1 Por que? 2.2 Do seu ponto de vista, o que deveria ser feito para que este (s) fator (s) fosse (m) explorado (s) adequadamente?

c. Parcialmente() 3.1 Por que? 3.2 Do seu ponto de vista, o que deveria ser feito para que este (s) fator (es) fosse (m) explorado (s) adequadamente?

4. Do seu ponto de vista, os moradores têm consciência de que tais fatores são favoráveis ao desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial dessa comunidade?

Complementação da resposta dada:

a. () Se a resposta for positiva, **indagar** sobre o que estão fazendo no sentido de aumentar a eficiência destes fatores ();

b. () Se a resposta for negativa, **indagar** sobre as razões pelas quais o entrevistado considera que os moradores não têm consciência de que tais fatores são favoráveis ao desenvolvimento nesta região?

- c. () Se a resposta for do tipo “tem mais ou menos consciência”:
- c.1) **indagar** sobre os motivos que levam o entrevistado a pensar desta forma;
 - c.2) **solicite** ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que **têm** consciência de que tais fatores são favoráveis ao desenvolvimento da agricultura desta região;
 - c.3) **solicite**, também, ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que **não têm** consciência de que tais fatores são favoráveis;
- d. Se a resposta for do tipo “alguns moradores têm consciência e outros não”:
- d.1) **pergunte** ao entrevistado porque ele considera que alguns moradores têm consciência e outros não têm consciência;
 - d.2) **pergunte** ao entrevistado sobre o que os moradores que têm consciência da importância destes fatores estão fazendo no sentido de aumentar a eficiência “destes fatores”;
 - d.3) **solicite** ao entrevistado para traçar o perfil do morador que **tem** consciência;
 - d.4) **solicite**, também, ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que **não têm** consciência.

5. O consórcio AHE Funil tem trabalhado e/ou trabalhou no sentido de aumentar a eficiência dos fatores que você considera favoráveis ao desenvolvimento da comunidade atingida pela barragem?

Complementação da resposta dada:

- a. No caso de uma resposta positiva, **indagar** o que o consórcio UHE Funil fez ou tem feito para aumentar a eficiência dos fatores indicados;
- b. No caso de uma resposta negativa, **indagar** os motivos pelos quais o consórcio UHE Funil não fez ou não tem trabalhado no sentido de aumentar a eficiência destes fatores;
- c. No caso de respostas do tipo “parcialmente”, “mais ou menos”, “algumas vezes”, “em algumas situações”, **indagar**:
 - c.1 porque o consórcio UHE Funil tem agido desta maneira;
 - c.2 **solicite** um exemplo de alguma coisa que o consórcio UHE Funil tem feito;

6. As entidades e/ou associações comunitárias têm trabalhado no sentido de aumentar a eficiência dos fatores que você considera favoráveis ao desenvolvimento das comunidades atingidas pela a barragem?

Complementação da resposta dada:

- a. No caso de uma resposta positiva, **indagar** o que essas entidades têm feito para aumentar a eficiência dos fatores indicado;
 - a.1 **Indagar** se existe uma instituição que se destaca mais do que as outras;
 - a.2 Se a resposta for positiva, **perguntar**:

- a.2.1 nome da instituição
 - a.2.2 o que ela tem feito para se destacar mais do que as outras instituições;
 - b. No caso de uma resposta negativa, **indagar** os motivos pelos quais essas entidades não tem trabalhado no sentido de aumentar a eficiência destes fatores;
 - c. No caso de respostas do tipo “parcialmente”, “mais ou menos”, “algumas vezes”, “em algumas situações”:
 - c.1 **indagar** porque as entidades têm agido desta maneira;
 - c.2 **solicite** um exemplo de alguma coisa que elas têm feito;
 - c.3 **indagar** se uma entidade tem trabalhado mais do que a outra;
 - c.3.1 **solicite** os nomes das instituições que têm contribuído mais ()
 - c.3.2 **indagar** porque algumas contribuem mais do que as outras ()
7. O consórcio AHE Funil subsidia de alguma maneira essas entidades? Se sim, quais são as entidades beneficiadas e de que forma?
8. Do seu ponto de vista quais são os principais obstáculos ou problemas que impedem ou dificultam o desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial da comunidade após a construção da UHF?
9. **Para cada um dos problemas ou obstáculos citados indagar:** Do seu ponto de vista, quais são as principais causas destes problemas ou obstáculos?
10. **Para cada um dos problemas citados indagar:** Do seu ponto de vista, este obstáculo ou problema vem merecendo a atenção adequada nesta comunidade?
- a. Sim () 1.1 Como? O que tem sido feito?
 - b. Não () 2.1 Por que? 2.2 Do seu ponto de vista, o que deveria ser feito para solucioná-lo?
 - c. Parcialmente () 3.1 Por que? 3.2 Do seu ponto de vista o que deveria ser feito para solucioná-lo? Respostas (*Anotar as palavras chaves*):
11. O consórcio AHE Funil trabalhou e/ou tem trabalhado no sentido de ajudar solucionar estes problemas ou obstáculos que dificultam o desenvolvimento da comunidade?

Complementação da resposta dada:

- a. No caso de uma resposta positiva, **indagar** o que o consórcio UHE Funil tem feito para ajudar a solucionar estes problemas.

- b. No caso de uma resposta negativa, **indagar** os motivos pelos quais o consórcio UHE Funil não tem trabalhado no sentido de ajudar a solucionar estes problemas;
- c. No caso de respostas do tipo “parcialmente”, “mais ou menos”, “alguns problemas”, “em alguma situação”, **indagar**:
 - c.1 porque o consórcio UHE Funil tem agido desta maneira;
 - c.2 **solicite** um exemplo de alguma coisa que ele tenha feito;

12. As entidades representativas, como rádio comunitária, associações de moradores, movimentos sociais e outras associações têm trabalhado no sentido de ajudar solucionar estes problemas ou obstáculos que dificultam o desenvolvimento dessas comunidades?

Complementação da resposta dada:

- a. No caso de uma resposta positiva, **indagar** o que essas entidades têm feito para ajudar a solucionar estes problemas;
 - a.1 **Indagar** se existe uma entidade que se destaca mais do que as outras
 - a.2 Se a resposta for positiva, perguntar:
 - a.2.1 nome da instituição
 - a.2.2 o que ela tem feito para se destacar mais do que as outras instituições;
- b. No caso de uma resposta negativa, **indagar** os motivos pelos quais essas entidades não têm trabalhado no sentido de ajudar a solucionar estes problemas;
- c. No caso de respostas do tipo “parcialmente”, “mais ou menos”, “alguns problemas”, “em alguma situação”, **indagar**:
 - c.1 porque as entidades têm agido desta maneira;
 - c.2 **solicite** um exemplo de alguma coisa que elas tenham feito;
 - c.3 **indagar** se uma entidade tem trabalhado mais do que as outras;
 - c.3.1 **solicite** os nomes das instituições que têm contribuído mais;
 - c.3.2 **indagar** porque algumas destacam mais do que as outras;

13. Do seu ponto de vista, o consórcio AHE Funil tem consciência de que tais problemas são obstáculos ao desenvolvimento da comunidade?

Complementação da resposta dada:

- a. Se a resposta for positiva, **indagar** sobre o que o consórcio UHE Funil está fazendo no sentido de solucionar estes problemas;
- b. Se a resposta for negativa, **indagar** sobre as razões pelas quais o entrevistado considera que o consórcio UHE Funil não tem consciência de que tais problemas são obstáculos ao desenvolvimento desta comunidade.
- c. Se a resposta for do tipo “tem mais ou menos consciência”,

- c.1) **indagar** sobre os motivos que levam o entrevistado a pensar desta forma;
 - d. Se a resposta for do tipo “parte do consórcio UHE Funil tem consciência e outra parte não”:
 - d.1) **pergunte** ao entrevistado por que ele considera que alguns tem consciência e outros não;
 - d.2) **pergunte** ao entrevistado sobre o que o consórcio UHE Funil que tem consciência destes problemas, e o que está fazendo no sentido de solucioná-los;
14. A implantação da UHF modificou a rotina dos moradores do município?
- a. Não ()
 - a.1 **“Anotar”, se for o caso, qualquer comentário que o entrevistado fizer a respeito da pergunta formulada.**
 - b. Sim ()
 - b.1 Quais foram essas modificações?
 - b.2) Como o (a) sr. (a) avalia as mudanças provocadas pela construção da barragem (positiva/negativa)? Por que?
15. Como foi a participação das comunidades envolvidas e dos municípios atingidos junto ao consórcio AHE Funil na implantação da barragem?
16. Como ocorreram as negociações para o realojamento dos moradores das comunidades atingidas pela a barragem?
17. O consórcio UHE Funil beneficiou de alguma forma o município atingido pela barragem?
18. Na sua opinião, quais são os anseios e necessidades dessa comunidade?
19. **Para cada um dos anseios e/ou necessidades citados indagar:** o que o consórcio UHE Funil poderia fazer para atender esses anseios e/ou suprir essas necessidades?
20. Como o (a) sr. (a) avalia o sentimento de pertencimento dessas pessoas em relação à comunidade criada para abriga-los após a implementação da barragem?

Agradecer a colaboração do entrevistado.

2 Roteiro De Entrevista - representantes do Poder Executivo e Legislativo

Data da entrevista: ___/___/2014

Início da entrevista: ___:___ horas-- Término da entrevista: ___:___ horas.

I – PERFIL DO ENTREVISTADO

Nome do entrevistado:

Idade:

Escolaridade:

Formação:

Cargo ocupado pelo o entrevistado:

Período do mandato:

II – QUESTÕES

1. Do seu ponto de vista, quais foram os principais fatores favoráveis ao desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial da comunidade após a construção da UHF?

2. **Para cada um dos fatores citados indagar:** Por que você considera este fator como favorável?

3. **Para cada um dos fatores citados indagar:** Do seu ponto de vista, este fator vem sendo explorado adequadamente nesta região?

Sim() 1.1 Como? O que tem sido feito?

Não() 2.1 Por que? 2.2 Do seu ponto de vista, o que deveria ser feito para que este (s) fator (s) fosse (m) explorado (s) adequadamente?

Parcialmente() 3.1 Por que? 3.2 Do seu ponto de vista, o que deveria ser feito para que este (s) fator (es) fosse (m) explorado (s) adequadamente?

4. Do seu ponto de vista, os moradores têm consciência de que tais fatores são favoráveis ao desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial dessa comunidade?

Complementação da resposta dada:

- a. () Se a resposta for positiva, **indagar** sobre o que estão fazendo no sentido de aumentar a eficiência destes fatores ();

- b. () Se a resposta for negativa, **indagar** sobre as razões pelas quais o entrevistado considera que os moradores não têm consciência de que tais fatores são favoráveis ao desenvolvimento nesta região?
- c. () Se a resposta for do tipo “tem mais ou menos consciência”:
 - c.1) **indagar** sobre os motivos que levam o entrevistado a pensar desta forma;
 - c.2) **solicite** ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que **têm** consciência de que tais fatores são favoráveis ao desenvolvimento da agricultura desta região;
 - c.3) **solicite**, também, ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que **não têm** consciência de que tais fatores são favoráveis;
- d. Se a resposta for do tipo “alguns moradores têm consciência e outros não”:
 - d.1) **pergunte** ao entrevistado porque ele considera que alguns moradores têm consciência e outros não têm consciência;
 - d.2) **pergunte** ao entrevistado sobre o que os moradores que têm consciência da importância destes fatores estão fazendo no sentido de aumentar a eficiência “destes fatores”;
 - d.3) **solicite** ao entrevistado para traçar o perfil do morador que **tem** consciência;
 - d.4) **solicite**, também, ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que **não têm** consciência.

5. O Executivo e Legislativo municipal tem trabalhado e/ou trabalhou no sentido de aumentar a eficiência dos fatores que você considera favoráveis ao desenvolvimento da comunidade atingida pela barragem?

Complementação da resposta dada:

- a. No caso de uma resposta positiva, **indagar** o que o PE ou PL fez ou tem feito para aumentar a eficiência dos fatores indicados;
- b. No caso de uma resposta negativa, **indagar** os motivos pelos quais o PL ou PE não fez ou não tem trabalhado no sentido de aumentar a eficiência destes fatores;
- c. No caso de respostas do tipo “parcialmente”, “mais ou menos”, “algumas vezes”, “em algumas situações”, **indagar**:
 - c.1 porque o PE ou PL tem agido desta maneira;
 - c.2 **solicite** um exemplo de alguma coisa que o PE ou PL tem feito;

6. Do seu ponto de vista quais são os principais obstáculos ou problemas que impedem ou dificultam o desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial da comunidade após a construção da UHF? **Anotar as palavras chaves:**

7. **Para cada um dos problemas ou obstáculos citados indagar:** Do seu ponto de vista, este obstáculo ou problema vem merecendo a atenção adequada nesta comunidade?

8. **Para cada um dos problemas ou obstáculos citados indagar:** Do seu ponto de vista, este obstáculo ou problema vem merecendo a atenção adequada nesta comunidade?

- a. Sim () 1.1 Como? O que tem sido feito?
- b. Não () 2.1 Por que? 2.2 Do seu ponto de vista, o que deveria ser feito para solucioná-lo?
- c. Parcialmente () 3.1 Por que? 3.2 Do seu ponto de vista o que deveria ser feito para solucioná-lo? Respostas (**Anotar as palavras chaves**):

9. O Executivo e o Legislativo municipal têm trabalhado no sentido de ajudar solucionar estes problemas ou obstáculos que dificultam o desenvolvimento da comunidade?

Complementação da resposta dada:

- a. No caso de uma resposta positiva, **indagar** o que o PE ou PL tem feito para ajudar a solucionar estes problemas.
- b. No caso de uma resposta negativa, **indagar** os motivos pelos quais o PE ou PL não tem trabalhado no sentido de ajudar a solucionar estes problemas;
- c. No caso de respostas do tipo “parcialmente”, “mais ou menos”, “alguns problemas”, “em alguma situação”, **indagar**:
 - c.1 porque o PE ou PL tem agido desta maneira;
 - c.2 **solicite** um exemplo de alguma coisa que ele tenha feito;

10. Do seu ponto de vista, o Poder executivo (PE) ou Poder legislativo (PL) tem consciência de que tais problemas são obstáculos ao desenvolvimento da comunidade?

Complementação da resposta dada:

- a. Se a resposta for positiva, **indagar** sobre o que o PE ou PL está fazendo no sentido de solucionar estes problemas;

- b. Se a resposta for negativa, **indagar** sobre as razões pelas quais o entrevistado considera que o PE ou PL não tem consciência de que tais problemas são obstáculos ao desenvolvimento desta comunidade.
 - c. Se a resposta for do tipo “tem mais ou menos consciência”,
 - c.1) **indagar** sobre os motivos que levam o entrevistado a pensar desta forma;
 - d. Se a resposta for do tipo “parte do PE ou do PL têm consciência e outra parte não”:
 - d.1) **pergunte** ao entrevistado por que ele considera que alguns tem consciência e outros não;
 - d.2) **pergunte** ao entrevistado sobre o que o PE ou PL que tem consciência destes problemas, e o que está fazendo no sentido de solucioná-los;
11. A implantação da UHF modificou a rotina dos moradores do município?
- a. Não ()
 - a.1 “**Anotar**”, se for o caso, qualquer comentário que o entrevistado fizer a respeito da pergunta formulada.
 - b. Sim ()
 - b.1 Quais foram essas modificações?
 - b.2) Como o (a) sr. (a) avalia as mudanças provocadas pela construção da barragem (positiva/negativa)? Por que?
12. De que maneira o PE ou PL participou da implantação da UHF?
13. Como ocorreram as negociações para o realojamento dos moradores das comunidades atingidas pela a barragem?
14. Quais foram os benefícios gerados para o PE ou PL com a implantação da UHF?
15. O consórcio UHE Funil beneficiou de alguma forma o município atingido pela a barragem?
16. Quais foram as políticas públicas desenvolvidas visando diminuir os danos – ambientais, sociais, culturais, econômicos, territorial e políticos – causados às comunidades atingidas pela barragem?
17. Na sua opinião quais os anseios e necessidades dessa comunidade?

18. **Para cada um dos anseios e/ou necessidades citados indagar:** o que o PE ou PL poderia fazer para atender esses anseios e/ou suprir essas necessidades?

19. O PE ou PL tem consciência do elevado custo ambiental, social, cultural, econômico, político e territorial sofrido pelas comunidades atingidas pela construção da UHF?

a. Sim;

a.1) Quais foram as perdas no âmbito ambiental, social, cultural, econômico, político e territorial dessas comunidades.

b. Não;

O senhor acredita que não houve nenhum dano, por que?

20. Como o (a) sr. (a) avalia o sentimento de pertencimento dessas pessoas em relação à comunidade criada para abriga-los após a implementação da barragem?

21. No âmbito político, quais foram as perdas e ganhos para o município atingido?

Agradecer a colaboração do entrevistado.

3 Roteiro de entrevista – entidades representativas

Data da entrevista: ___/___/2013.

Início da entrevista: ___:___ horas-- Término da entrevista: ___:___ horas.

Nome do entrevistado:

Endereço:

I – PERFIL DA ENTIDADE

Nome da entidade:

Data da criação:

Atividades desenvolvidas:

Número de integrantes:

Forma de atuação:

Demais informações:

II – QUESTÕES

1. Do seu ponto de vista, quais foram os principais fatores favoráveis ao desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial da comunidade após a construção da UHF? *Anotar as palavras chaves:*

2. **Para cada um dos fatores citados indagar:** Por que você considera este fator como favorável?

3. **Para cada um dos fatores citados indagar:** Do seu ponto de vista, este fator vem sendo explorado adequadamente nesta região?

a. Sim() 1.1 Como? O que tem sido feito?

b. Não() 2.1 Por que? 2.2 Do seu ponto de vista, o que deveria ser feito para que este (s) fator (s) fosse (m) explorado (s) adequadamente?

c. Parcialmente() 3.1 Por que? 3.2 Do seu ponto de vista, o que deveria ser feito para que este (s) fator (es) fosse (m) explorado (s) adequadamente?

Respostas (Anotar as palavras chaves): _____

d. Sim() 1.1 Como? O que tem sido feito?

4. Do seu ponto de vista, os moradores têm consciência de que tais fatores são favoráveis ao desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial dessa comunidade?

Complementação da resposta dada:

- a. () Se a resposta for positiva, **indagar** sobre o que estão fazendo no sentido de aumentar a eficiência destes fatores ();
- b. () Se a resposta for negativa, **indagar** sobre as razões pelas quais o entrevistado considera que os moradores não têm consciência de que tais fatores são favoráveis ao desenvolvimento nesta região.
- c. () Se a resposta for do tipo “tem mais ou menos consciência”:
 - c.1) **indagar** sobre os motivos que levam o entrevistado a pensar desta forma;
 - c.2) **solicite** ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que **têm** consciência de que tais fatores são favoráveis ao desenvolvimento da agricultura desta região;
 - c.3) **solicite**, também, ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que **não têm** consciência de que tais fatores são favoráveis;
- d. Se a resposta for do tipo “alguns moradores têm consciência e outros não”:
 - d.1) **pergunte** ao entrevistado porque ele considera que alguns moradores têm consciência e outros não têm consciência;
 - d.2) **pergunte** ao entrevistado sobre o que os moradores que têm consciência da importância destes fatores estão fazendo no sentido de aumentar a eficiência “destes fatores”;
 - d.3) **solicite** ao entrevistado para traçar o perfil do morador que **tem** consciência;
 - d.4) **solicite**, também, ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que **não têm** consciência.

5. Do seu ponto de vista, a entidade e/ou associação que o sr. (a) representa tem trabalhado no sentido de aumentar a eficiência dos fatores que você indicou como favoráveis ao desenvolvimento da comunidade?

Complementando a resposta dada:

- a. No caso de uma resposta positiva, **indagar**:
 - a.1) sobre o que a entidade tem feito para aumentar eficiência dos fatores que o entrevistado apontou como favoráveis ao desenvolvimento da comunidade;

- b. No caso de uma resposta negativa, **indagar** por que, do ponto de vista do entrevistado, a entidade não têm trabalhado no sentido de aumentar a eficiência dos fatores identificados como favoráveis.
 - b.1) Do ponto de vista do entrevistado, o que falta para que a entidade seja mais atuante?
- c. Se a resposta for do tipo “trabalham mais ou menos”,
 - c.1) **indagar** sobre os motivos que levam o entrevistado a pensar dessa forma;

6. Do seu ponto de vista, as demais entidades e/ou associações (rádio comunitária, associações de moradores, entre outras) têm trabalhado no sentido de aumentar a eficiência dos fatores que você indicou como favoráveis ao desenvolvimento da comunidade?

Complementando a resposta dada:

- a. No caso de uma resposta positiva, **indagar**:
 - a.1) sobre o que tais entidades têm feito para aumentar eficiência dos fatores que o entrevistado apontou como favoráveis ao desenvolvimento da comunidade;
 - a.2) o nome das entidades que, do ponto de vista do entrevistado, têm se destacado neste sentido;
 - a.3) do ponto de vista do entrevistado, por que algumas organizações destacam-se mais do que outras.
- b. No caso de uma resposta negativa, **indagar** por que, do ponto de vista do entrevistado, as entidades não têm trabalhado no sentido de aumentar a eficiência dos fatores identificados como favoráveis.
 - c. Se a resposta for do tipo “trabalham mais ou menos”,
 - c.1) **indagar** sobre os motivos que levam o entrevistado a pensar dessa forma;
 - c.2) **solicitar** ao entrevistado o nome das entidades que, do ponto de vista dele, tem-se mais destacado no sentido de aumentar a eficiência dos fatores considerados como favoráveis ao desenvolvimento da comunidade;
 - c.3) **perguntar** ao entrevistado por que, do ponto de vista dele, algumas entidades destacam-se mais do que outras.
- d. Se a resposta for do tipo “algumas entidades trabalham outras não”,
 - d.1) **pergunte** ao entrevistado por que ele considera que algumas entidades trabalham e outras não;

- d.2) **pergunte** ao entrevistado o que as entidades que trabalham para aumentar a eficiência dos fatores favoráveis ao desenvolvimento da comunidade tem feito neste sentido;
- d.3) **peça** ao entrevistado os nomes das organizações que, do ponto de vista dele, tem-se mais empenhado neste sentido.

7. Do seu ponto de vista quais são os principais obstáculos ou problemas que impedem ou dificultam o desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial da comunidade após a construção da UHF?

8. **Para cada um dos problemas ou obstáculos citados indagar:** Do seu ponto de vista, quais são as principais causas destes problemas ou obstáculos?

9. **Para cada um dos problemas citados indagar:** Do seu ponto de vista, este obstáculo ou problema vem merecendo a atenção adequada nesta comunidade?

- a. Sim () 1.1 Como? O que tem sido feito?
- b. Não () 2.1 Por que? 2.2 Do seu ponto de vista, o que deveria ser feito para solucioná-lo?
- c. Parcialmente () 3.1 Por que? 3.2 Do seu ponto de vista o que deveria ser feito para solucioná-lo? Respostas

10. A entidade e/ou associação que o (a) sr. (a) representa tem trabalhado no sentido de ajudar solucionar estes problemas ou obstáculos que dificultam o desenvolvimento da comunidade?

Complementação da resposta dada:

- a. No caso de uma resposta positiva, **indagar** o que a entidade tem feito para ajudar a solucionar estes problemas. O que ela tem feito para se destacar mais do que as outras entidades?
- b. No caso de uma resposta negativa, **indagar** os motivos pelos quais a entidades não tem trabalhado no sentido de ajudar a solucionar estes problemas;
- c. No caso de respostas do tipo “parcialmente”, “mais ou menos”, “alguns problemas”, “em alguma situação”, **indagar**:
 - c.1 porque a entidade tem agido desta maneira;
 - c.2 **solicite** um exemplo de alguma coisa que ela tenha feito;
 - c.3 **indagar** se a entidade que ele representa tem trabalhado mais do que as outras;
 - c.3.1 **solicite** os nomes de outras entidades que tem contribuído para o desenvolvimento da comunidade;

11. A implantação da UHF modificou a rotina dos moradores da comunidade?

a. Não ()

a.1 **“Anotar”, se for o caso, qualquer comentário que o entrevistado fizer a respeito da pergunta formulada.**

b. Sim ()

b.1 Quais foram essas modificações?

b.2) Como o (a) sr. (a) avalia as mudanças provocadas pela construção da barragem? Por que?

12. A entidade que o (a) sr. (a) representa participou de alguma etapa da implantação da UHF? Se sim, como?

13. Como ocorreram as negociações para o realojamento dos moradores das comunidades atingidas pela a barragem?

14. A entidade que o (a) sr. (a) representa esteve envolvida nas negociações do remanejamento das comunidades atingidas pela barragem?

15. Na época o que o (a) sr. (a) achou da mudança da comunidade? E hoje, como o (a) sr. (a) avalia essa mudança? Em termos de desenvolvimento – social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial – melhorou ou piorou? Por que?

16. Qual a relação da entidade com os membros da comunidade?

17. A entidade que o (a) sr. (a) representa foi beneficiada por alguma política pública formulada pelos governos federal, estadual e municipal?

a. () Sim;

a.1) Qual (is)?

a.2) Essa política pública atende os interesses da comunidade?

b. () Não – Por quê?

18. Na sua opinião, o governo federal, estadual ou municipal tem se preocupado em elaborar políticas públicas que minimizem os danos causados às comunidades atingidas por barragens?

a. () Se sim, como e por quê?

b. () Se não, por quê?

19. Na sua opinião, quais são os anseios e necessidades dessa comunidade?

20. Para cada um dos anseios e/ou necessidades citados indagar:

Do seu ponto de vista, de que forma os governo federal, estadual, municipal poderiam contribuir para atender esses anseios e/ou suprir essas necessidades?

21. A entidade que o (a) sr. (a) representa tem consciência dos danos ambiental, social, cultural, econômico, político e territorial sofrido pelas comunidades atingidas pela construção da UHF?

a. Sim;

a.1) Quais foram as perdas no âmbito ambiental, social, cultural, econômico, político e territorial dessas comunidades.

b. Não;

O senhor acredita que não houve nenhum dano,por que?

22. Como o (a) sr. (a) avalia o sentimento de pertencimento dessas pessoas em relação à comunidade criada para abriga-los após a implementação da barragem?

23. A entidade que o (a) sr. (a) representa teve ou mantém algum tipo de contato com o Movimento dos Atingidos por Barragens? Se sim, de que forma o MAB contribuiu com as comunidades atingidas?

Agradecer a colaboração do entrevistado.

4 Roteiro de Entrevista - moradores das comunidades atingidas

Data da entrevista: ___/___/2014.

Início da entrevista: ___:___ horas -- Término da entrevista: ___:___ horas.

Nome do entrevistado:

Comunidade:

Telefone:

I – PERFIL DO MORADOR

Idade:

Profissão:

O (a) senhor(a) trabalhava em outra atividade antes da construção da barragem? Se sim, qual ou quais atividades?

II – QUESTÕES

1. Do seu ponto de vista, quais foram os principais fatores favoráveis ao desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial da comunidade após a construção da UHF?

2. **Para cada um dos fatores citados indagar:** Por que você considera este fator como favorável?

3. **Para cada um dos fatores citados indagar:** Do seu ponto de vista, este fator vem sendo explorado adequadamente nesta região?

a. Sim () 1.1 Como? O que tem sido feito?

b. Não () 2.1 Por que? 2.2 Do seu ponto de vista, o que deveria ser feito para que este (s) fator (s) fosse (m) explorado (s) adequadamente?

c. Parcialmente () 3.1 Por que? 3.2 Do seu ponto de vista, o que deveria ser feito para que este (s) fator (es) fosse (m) explorado (s) adequadamente?

4. Do seu ponto de vista, os moradores têm consciência de que tais fatores são favoráveis ao desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial dessa comunidade?

Complementação da resposta dada:

- a. () Se a resposta for positiva, **indagar** sobre o que estão fazendo no sentido de aumentar a eficiência destes fatores ();
- b. () Se a resposta for negativa, **indagar** sobre as razões pelas quais o entrevistado considera que os moradores não têm consciência de que tais fatores são favoráveis ao desenvolvimento nesta região?
- c. () Se a resposta for do tipo “tem mais ou menos consciência”:
 c.1) **indagar** sobre os motivos que levam o entrevistado a pensar desta forma;
 c.2) **solicite** ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que tem consciência de que tais fatores são favoráveis ao desenvolvimento da agricultura desta região;
 c.3) **solicite**, também, ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que não tem consciência de que tais fatores são favoráveis;
- d. Se a resposta for do tipo “alguns moradores têm consciência e outros não”:
 d.1) **pergunte** ao entrevistado porque ele considera que alguns moradores tem consciência e outros não tem consciência;
 d.2) **pergunte** ao entrevistado sobre o que os moradores que tem consciência da importância destes fatores estão fazendo no sentido de aumentar a eficiência “destes fatores”;
 d.3) **solicite** ao entrevistado para traçar o perfil do morador que **tem** consciência;
 d.4) **solicite**, também, ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que **não têm** consciência.

5. Do seu ponto de vista, as entidades e/ou associações (rádio comunitária, associações de moradores, entre outras) e o Poder Executivo (PE local, estadual, federal) ou Poder Legislativo (PL local, estadual e federal) tem trabalhado no sentido de aumentar a eficiência dos fatores que você indicou como favoráveis ao desenvolvimento da comunidade?

Complementando a resposta dada:

- a. No caso de uma resposta positiva **indagar**:
 a.1) sobre o que tais entidades e PE ou PL têm feito para aumentar eficiência dos fatores que o entrevistado apontou como favoráveis ao desenvolvimento da comunidade;
 a.2) o nome das entidades que, do ponto de vista do entrevistado, têm-se mais destacado neste sentido;

- a.3) do ponto de vista do entrevistado, por que algumas entidades destacam-se mais do que outras.
- b. No caso de uma resposta negativa, **indagar** por que, do ponto de vista do entrevistado, as entidades e PE ou PL não têm trabalhado no sentido de aumentar a eficiência dos fatores identificados como favoráveis.
- c. Se a resposta for do tipo “trabalham mais ou menos”,
 - c.1) **indagar** sobre os motivos que levam o entrevistado a pensar dessa forma;
 - c.2) **solicitar** ao entrevistado o nome das entidades que, do ponto de vista dele, tem-se mais destacado no sentido de aumentar a eficiência dos fatores considerados como favoráveis ao desenvolvimento da comunidade;
 - c.3) **perguntar** ao entrevistado por que, do ponto de vista dele, algumas entidades destacam-se mais do que outras.
- d. Se a resposta for do tipo “algumas entidades trabalham outras não”,
 - d.1) **pergunte** ao entrevistado por que ele considera que algumas entidades trabalham e outras não ();
 - d.2) **pergunte** ao entrevistado o que as entidades que trabalham para aumentar a eficiência dos fatores favoráveis ao desenvolvimento da comunidade tem feito neste sentido;
 - d.3) **peça** ao entrevistado os nomes das organizações que, do ponto de vista dele, tem-se mais empenhado neste sentido.

6. Do seu ponto de vista quais são os principais obstáculos ou problemas que impedem ou dificultam o desenvolvimento social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial da comunidade após a construção da UHF? **Anotar as palavras chaves:**

7. **Para cada um dos problemas ou obstáculos citados indagar:** Do seu ponto de vista, quais são as principais causas destes problemas ou obstáculos?

8. **Para cada um dos problemas citados indagar:** Do seu ponto de vista, este obstáculo ou problema vem merecendo a atenção adequada nesta comunidade?

- a. Sim () 1.1 Como? O que tem sido feito?
- b. Não () 2.1 Por que? 2.2 Do seu ponto de vista, o que deveria ser feito para solucioná-lo?

- c. Parcialmente () 3.1 Por que? 3.2 Do seu ponto de vista o que deveria ser feito para solucioná-lo? Respostas (*Anotar as palavras chaves*):

9. Do seu ponto de vista, os moradores tem consciência de que tais problemas são obstáculos ao desenvolvimento da comunidade?

Complementação da resposta dada:

- a. Se a resposta for positiva, **indagar** sobre o que os moradores estão fazendo no sentido de solucionar estes problemas;
- b. Se a resposta for negativa, **indagar** sobre as razões pelas quais o entrevistado considera que os moradores não têm consciência de que tais problemas são obstáculos ao desenvolvimento desta comunidade.
- c. Se a resposta for do tipo “tem mais ou menos consciência”,
 - c.1) **indagar** sobre os motivos que levam o entrevistado a pensar desta forma;
 - c.2) **solicite** ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que **têm** consciência de que tais problemas são obstáculos ao desenvolvimento desta região;
 - c.3) **solicite**, também, ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que **não têm** consciência de tais problemas;
- d. Se a resposta for do tipo “alguns moradores têm consciência e outros não”:
 - d.1) **pergunte** ao entrevistado por que ele considera que alguns moradores têm consciência e outros não têm consciência;
 - d.2) **pergunte** ao entrevistado sobre o que os moradores que têm consciência destes problemas, estão fazendo no sentido de solucioná-los;
 - d.3) **solicite** ao entrevistado para traçar o perfil do morador que **tem** consciência destes problemas;
 - d.4) **solicite**, também, ao entrevistado para traçar o perfil dos moradores que **não têm** consciência.

10. Do seu ponto de vista, as entidades representativas e/ou PE ou PL têm trabalhado no sentido de buscar solucionar os problemas que você indicou como principais obstáculos ao desenvolvimento da comunidade?

Complementando a resposta dada:

- a. No caso de uma resposta positiva **indagar**:
 - a.1) sobre o que tais associações e/ou PE ou PL têm feito para solucionar os problemas que o entrevistado apontou como obstáculos ao desenvolvimento da comunidade;

- a.2) o nome das associações que, do ponto de vista do entrevistado, têm-se mais destacado neste sentido;
- a.3) do ponto de vista do entrevistado, porque algumas associações destacam-se mais do que outras.
- b. No caso de uma resposta negativa, **indagar** porque, do ponto de vista do entrevistado, as associações e/ou PE ou PL não têm trabalhado no sentido de solucionar os problemas, identificados como obstáculos ao desenvolvimento da agropecuária desta região.
- c. Se a resposta for do tipo “trabalham mais ou menos”,
 - c.1) **indagar** sobre os motivos que levam o entrevistado a pensar dessa forma;
 - c.2) **solicitar** ao entrevistado o nome das associações que, do ponto de vista dele, tem-se mais destacado na solução dos problemas, considerados como obstáculos ao desenvolvimento da comunidade;
 - c.3) **perguntar** ao entrevistado porque, do ponto de vista dele, algumas associações destacam-se mais do que outras.
- d. Se a resposta for do tipo “algumas associações trabalham outras não”,
 - d.1) **pergunte** ao entrevistado porque ele considera que algumas associações estão mais empenhadas na solução dos problemas identificados e outras não;
 - d.2) **pergunte** ao entrevistado o que as associações que estão envolvidas na solução dos problemas identificados, têm feito neste sentido;
 - d.3) **peça** ao entrevistado os nomes das associações que, do ponto de vista dele, tem-se mais empenhado neste sentido ().

11. A implantação da UHF modificou a rotina dos moradores da comunidade?

- c. Não ()
 - a.1 “**Anotar**”, se for o caso, qualquer comentário que o entrevistado fizer a respeito da pergunta formulada.
- d. Sim ()
 - b.1 Quais foram essas modificações?
 - b.2) O sr. (a) avalia essas modificações como positivas ou negativas? Por que?

12. O (a) sr. (a) participou de alguma etapa da implantação da UHF? Se sim, como?

13. Como ocorreram as negociações para o realojamento dos moradores das comunidades atingidas pela a barragem?

14. Na época, o que o (a) sr. (a) achou da mudança da comunidade? E hoje, como o (a) sr. (a) avalia essa mudança? Em termos de desenvolvimento – social, cultural, econômico, político, ambiental e territorial – melhorou ou piorou? Por que?

15. Como é a relação do (a) sr.(a) ou membros de sua família com os demais membros da comunidade?

16. O (a) sr. (a) participa ou participou de algum tipo de associação?

a. Sim;

a.1) Qual (s) e quando?

a.2) A participação do (a) sr (a) se deu antes ou depois da implantação da UHF?

a.3)De que forma essa (s) associação (s) contribuem para o desenvolvimento:

b. Não.

b.1) Por que?

17. As associações existentes estiveram envolvidas nas negociações do remanejamento das comunidades atingidas pela barragem?

18. O (a) sr. (a) foi beneficiado (a) por alguma política pública formulada pelos governos federal, estadual e municipal?

a. Sim;

a.1) Qual (is)?

a.2) Essa política pública atende os interesses da comunidade?

b. Não – Por quê?

19. Na sua opinião, o governo federal, estadual ou municipal tem se preocupado em elaborar políticas públicas que minimizem os danos causados às comunidades atingidas por barragens?

a. Se sim, como e por quê?

b. Se não, por quê?

20. Na sua opinião, quais são os anseios e necessidades dessa comunidade?

21. Para cada um dos anseios e/ou necessidades citados indagar:
Do seu ponto de vista, de que forma os governo federal, estadual, municipal poderiam contribuir para atender esses anseios e/ou suprir essas necessidades?

22. Como o PE ou PL atuou em relação à implantação da hidrelétrica?

Agradecer a colaboração do entrevistado.